



santa maria da feira assembleia municipal

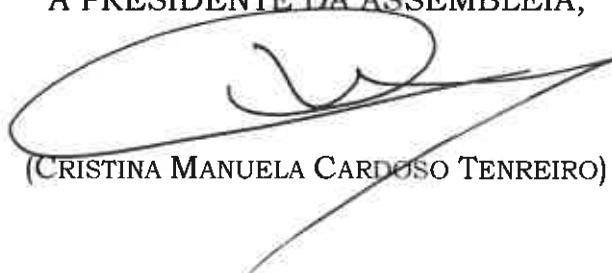
### **EDITAL N.º 20/2023/DAOA-AM**

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, aprovada na sessão ordinária de 11 e 18 de dezembro de 2023, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 19 de dezembro de 2023. --

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**ATA N.º 14** – No dia 22 de setembro de 2023, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, a qual foi iniciada pela 1.ª Secretária da Mesa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, em substituição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Campos de Oliveira, por falecimento do mesmo, integrando a Mesa a 2.ª Secretária, Eva Lúcia Fernandes da Costa, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Tomada de posse de António Perestrelo de Lima;-----**
- 2 – Eleição de nova Mesa da Assembleia Municipal;-----**
- 3 – XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente de Junta de Freguesia);-----**
- 4 – Ata N.º 13 – Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023;-----**
- 5 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----**
- 6 – 4.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes; -----**
- 7 – Fixação da Derrama para o ano de 2024 (rendimento gerado em 2023); -----**
- 8 – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – a cobrar em 2024 - Ano de imposto 2023;-----**
- 9 – Fixação da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2024; -----**
- 10 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2024;-----**
- 11 – Linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa – Fase 1 - Parecer da Comissão de Avaliação no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental e Emissão do Título Único Ambiental; -----**
- 12 – Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos**



Ana Cunha

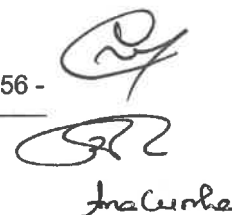


- Urbanos, SA**-----  
- **Relatório e Contas relativo ao ano de 2022;**-----  
**13 – Concessionária Indaqua Feira, SA**-----  
- **Relatório e Contas relativo ao ano de 2022**-----  
- **Relatório de Exploração do ano 2022** -----  
- **Atas de reuniões do Conselho de Administração da Assembleia Geral e certidão atualizada da conservatória do registo comercial;**-----  
**14 – Relatório anual de 2022 da Comissão de Acompanhamento da Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento;**-----  
**15 – Constituição de Direito de Superfície a favor da Freguesia de Fiães, de um prédio urbano sito no lugar de Valos;**-----  
**16 – Direito de superfície a constituir a favor da Freguesia de Escapães;**-----  
**17 – Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Romariz**  
- **Obras de requalificação do edifício da Junta de Freguesia;**-----  
**18 – Alteração na constituição de júri para concursos de cargos de dirigentes (deliberação da Assembleia Municipal na SO 30/06/2023);**-----  
**19 – Proposta de constituição de júri para concursos de cargos de dirigente.**-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vítor Carlos Latourrette Marques, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo.-----

Não estiveram presentes os Vereadores Amadeu Albertino Marques Soares



  
Ana Cunha

Albergaria e António Gil Alves Ferreira. -----  
-----

A **1.ª Secretária da Mesa** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. --- Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando ainda que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, convidou o grupo municipal do PS a indicar um membro para completar a Mesa, tendo sido designado o membro Virgílio da Silva Ribeiro, o qual integrou a Mesa da Assembleia.-----

De seguida, informou que os membros Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Job Santos Silva (PS), Manuel Oliveira de Almeida (PS) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Susana Silva: substituída pelo Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro (*uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva, Jorge Paulo das Neves Pereira, Joana Inês Carvalho Coelho Ribas, Cláudia Oliveira Antunes Correia, António Luís da Costa Ferreira e Cláudia Sofia de Sousa Santos – participaram à Mesa a impossibilidade de comparecerem nesta sessão*); -----
- Job Silva: substituído pela Alexandra Patrícia Alves de Sousa; -----
- Manuel de Almeida: substituído pelo Lécio Jorge Dias Pereira; -----
- Carlos Cunha: a substituta indicada – Maria Miguel Sá Tavares Lopes – avisou, à última hora, da impossibilidade de estar presente, pelo que não foi substituída.-----



Informou, ainda, da entrada na Mesa de 3 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Pedro Alexandre da Silva Martins;-----
- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos; -----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----



-----  
Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 41 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----*

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Pedro Alexandre da Silva Martins; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares,-----

*Pelo Partido Socialista (PS):-----*



  
  
João Cunha

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade;-----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Tiago de Oliveira Paiva; -----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

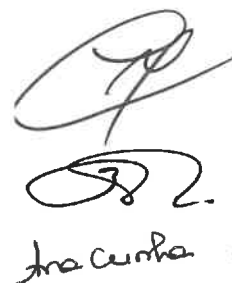
*Pela Iniciativa Liberal (IL):* Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

*Pelo Chega (CH):* Miguel Branco Santos Alves; -----

*Independente (IND):* Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

-----  
*Entraram no decorrer da sessão:* Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Arrifana – Ricardo Leite de Oliveira (PSD), Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro (PSD), Lourosa – Armando de Fontes Teixeira (PSD); Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD), Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha (PSD), Sanguedo – Valdemar Alves da Silva (PS), Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha (PSD), São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa (PSD), e da União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins (PSD).-----

*Faltou à sessão, sem ser substituído:* Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU). -  
O Sr. António Perestrelo de Lima (PSD) tomou posse como membro desta Assembleia, conforme consta do primeiro ponto da Ordem do Dia. -----



Ana Cunha



Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa após a última sessão ordinária realizada, o 1.ª Secretária da Mesa informou que esse documento foi enviado, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia.-----

É do seguinte teor o resumo do expediente recebido e emitido pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 30 de junho de 2023 e a presente sessão: -----

- “Convite da Junta de Freguesia de Rio Meão em colaboração com a Comissão de Festas em honra de São Tiago, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no porto de honra e na majestosa procissão, realizados no dia 23 de julho de 2023, no âmbito da Festa em referência;-----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão de Acompanhamento do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa Fase 1: Troço Porto/Soure, a convocá-los para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 10 de julho de 2023 – a qual foi, entretanto, reagendada para o dia 17 de julho de 2023; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, à Sra. Zulmira Reis, a remeter o teor do Voto de Pesar aprovado por esta Assembleia na sessão de 30 de junho de 2023, pelo falecimento de seu cônjuge, Sidónio Cruz, ex-Vereador da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter pedido de esclarecimento no seguimento de questão colocada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023 (na discussão do ponto n.º 2 da Ordem do Dia), sobre a verba relativa a serviços de limpeza e manutenção de fossas



Carlos Cunha

- séticas e tratamento de resíduos – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 19 de junho de 2023;-----
  - E-mail por instrução do membro deste Órgão – Carlos Cunha, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter requerimento a pedir esclarecimentos relacionados com o contrato para o desenvolvimento de uma estratégia de Biodiversidade, Ecossistemas e Capital Natural – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;
  - E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter pedido de esclarecimento subscrito pelo membro Daniel Gomes, no seguimento de questão colocada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023 (na discussão do ponto n.º 3 da Ordem do Dia) sobre o contributo da Energia para as atividades de conceção, implementação e monitorização de atividades relativas à transição energética – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
  - Convite da Direção da Casa da Gaia – Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Argoncilhe, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente nas galas de abertura e encerramento da 42.ª edição do Festival Danças do Mundo, realizadas, respetivamente, nos dias 19 e 30 de julho de 2023;-----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da
-



  
  
*Ine Cunha*



Santa Maria da Feira  
assembleia municipal

pág. - 1161 -

SESSÃO: ORDINÁRIA

DATA: 22/09/2023

- Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 3 de julho de 2023; -----
- E-mail da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que a mesma se encontra a desenvolver um estudo sobre a organização e funcionamento das assembleias municipais, solicitando colaboração através de preenchimento de inquérito neste âmbito; -----
  - E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter circular n.º 58/2023/MJL daquela Associação, e respetivos anexos, no âmbito do XXVI Congresso da ANMP, a realizar no dia 30 de setembro de 2023; ----
  - E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter circular n.º 60/2023/MJL daquela Associação, no âmbito do XXVI Congresso da ANMP, a realizar no dia 30 de setembro de 2023; -----
  - Convite da Comissão de Festas em honra de N.ª Senhora da Piedade - Canedo, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente nas cerimónias religiosas que decorreram no dia 20 de agosto de 2023, no âmbito da Festa em referência;-----
  - Convite da Comissão de Festas em honra de N.ª Senhora da Saúde - Fornos, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar na sessão solene que decorreu no dia 15 de agosto de 2023, no âmbito da Festa em referência;-----
  - E-mail aos membros da Assembleia Municipal a participar o falecimento do Presidente desta mesma Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira, ocorrido no dia 14 de agosto de 2023;-----
  - E-mail da Comissão Concelhia da CDU de Santa Maria da Feira a endereçar as sentidas condolências pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira; -----
-



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

- E-mail, por instrução da Presidente da Assembleia Municipal da Trofa, a manifestar, em seu nome e em nome de todos os membros daquela Assembleia Municipal, um profundo pesar pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira; -----
- E-mail da Presidente da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, a manifestar, em seu nome e em nome de todos os membros daquela Assembleia Municipal, um profundo pesar pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, a manifestar o seu profundo pesar e a endereçar as sentidas condolências pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira;-----
- E-mail do Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, a endereçar as sinceras e sentidas condolências pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira; -----
- E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), a endereçar os sentidos pêsames pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira;---
- E-mail de Paulo Ramalheira Teixeira – Presidente da Câmara Municipal de Castelo Paiva de 1998 a 2009 e membro da Assembleia Municipal de Castelo Paiva, a apresentar as suas sentidas condolências pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira;-----
- E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar do convite do Presidente da Câmara Municipal do Seixal para jantar a realizar no dia 29 de setembro de 2023, no âmbito da realização do XXVI Congresso da ANMP; -----
- Ofício da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, ao cidadão António Perestrelo de Lima, informando-o que, atendendo ao



Ana Curto



- falecimento do Dr. Carlos Jorge Oliveira – eleito para esta Assembleia Municipal na lista do PSD, seria convocado, nos termos da Lei, para a próxima sessão da Assembleia Municipal, na qual tomaria posse como membro da mesma; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Vagos, dando a conhecer o voto de pesar aprovado, por unanimidade, por aquela Câmara Municipal, pelo falecimento do Presidente desta Assembleia Municipal – Dr. Carlos Jorge Oliveira; -----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 31 de julho de 2023;-----
  - Ofício da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, a convocá-los para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 22 de setembro de 2023, bem como informando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, a informá-lo, bem como à Exma. Câmara, da realização de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 22 de setembro de 2023, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
  - Convite do Presidente do Patronato da Fundação Fira de Lleida, ao Presidente da Assembleia Municipal, para visitar a 22.ª edição do Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais – Municipalia, que decorrerá de 17 a 19 de outubro de 2023;-----
  - E-mail, por instrução da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, a convocá-los para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 18 de setembro de 2023;-----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e
-

  
  
Inacurba

- Modernização Administrativa, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 14 e 28 de agosto de 2023; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Susana Correia, à 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a remeter requerimento subscrito pelo membro Daniel Gomes a solicitar informações sobre situação do contrato de concessão relativo à exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento no Município de Santa Maria da Feira – o qual foi enviado por e mail, por instrução da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a remeter, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023;--
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moções intituladas “Pelos Pescadores, Pelo Pescador de Sesimbra” e “Pelo Respeito pela pesca nas dinâmicas de gestão e concorrência pelo espaço marítimo”, aprovadas por aquela Assembleia Municipal; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Manuel Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, à Mesa da Assembleia Municipal, a informar que se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Pedro Alexandre da Silva Martins, bem como a remeter o respetivo documento de delegação de representação; -----
  - E-mail do munícipe Ricardo Santos, à Mesa da Assembleia Municipal, a inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023,
-





para abordar o assunto “Atraso das obras no Jardim de Infância de Fornos - Guisande”;

- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Job Silva, à 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a informar da impossibilidade do mesmo estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, e solicitando a substituição deste na referida sessão;
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Presidente da Assembleia Municipal, a informar que o mesmo se faria representar, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, pelo Secretário daquela Junta de Freguesia – Carmino Bastos; --
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Manuel Almeida, à 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a informar da impossibilidade do mesmo estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, e solicitando a substituição deste na referida sessão;
- E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Carlos Cunha, à Mesa da Assembleia Municipal, a informar da impossibilidade do mesmo estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, e solicitando a substituição deste na referida sessão;
- E-mail do membro deste Órgão – Daniela Silva, à 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a informar da impossibilidade de estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2023, e solicitando a sua substituição na referida sessão.”-

De seguida, a 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa informou que, conforme acordado pela Comissão Permanente desta Assembleia, passaria, desde já, a submeter à apreciação da Assembleia os pontos n.ºs 1 e 2 da Ordem do Dia – e não ao Período de Antes da Ordem do Dia – procedimento que obteve a



  
  
João Cunha

aceitação unânime dos membros presentes. -----  
-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**1 – Tomada de posse de António Perestrelo de Lima** -----

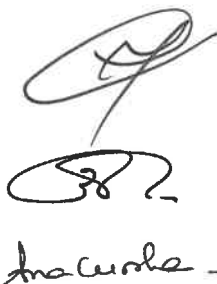
A **1.ª Secretária da Mesa**, na sequência do falecimento do membro Carlos Jorge Campos de Oliveira, ocorrido no passado dia 14 de agosto de 2023, informou que, nos termos legais, o mesmo é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, António Perestrelo de Lima. Após constatar que o mesmo se encontrava presente, e verificando a identidade e legitimidade daquele cidadão, deu-lhe posse como membro da Assembleia Municipal para o restante período do mandato autárquico. De seguida, o Sr. António Perestrelo de Lima abeirou-se da Mesa e, perante a Assembleia, leu e assinou a declaração de tomada de posse, do seguinte teor: “Afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

Após isso, assinou a relação de presenças da sessão e tomou o seu lugar na sala, na área destinada aos membros da Assembleia. -----  
-----

**2 – Eleição de nova Mesa da Assembleia Municipal** -----

A 1.ª Secretária da Mesa informou que, na sequência do falecimento do Sr. Presidente da Mesa – Carlos Jorge Campos de Oliveira, no passado dia 14 de agosto de 2023, a eleição para substituir elementos da Mesa deve operar-se da mesma forma em que se realizou a eleição inicial, o que significa que, tendo a Mesa, no início do mandato, sido eleita por listas, terá de ser eleita, também por listas, a nova Mesa da Assembleia Municipal. -----

Assim, solicitou à Assembleia que fossem presentes à Mesa listas com as propostas de composição da nova Mesa – constituída por um Presidente, um 1.º Secretário e um 2.º Secretário – para o restante período do mandato em curso, as quais seriam votadas, por escrutínio secreto, procedimento



Ana Cunha



que obteve a aceitação unânime dos membros presentes. -----

Deu entrada na Mesa uma única proposta, do seguinte teor: -----

“O Grupo Municipal do PSD, vem pelo presente e de seguida, apresentar a lista candidata à Mesa da Assembleia Municipal: -----

Presidente da Mesa – Cristina Manuela Cardoso Tenreiro;-----

1.º Secretário – Ricardo Leite de Oliveira; -----

2.ª Secretária – Ana Patrícia Bastos Cunha.-----

Pelo que, desde já se requer, nos termos da ordem do dia, seja a lista supraindicada sujeita a escrutínio secreto.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por lamentar a necessidade desta Assembleia ter de eleger nova Mesa. Referiu que, dado não ser a substituição do indivíduo por indivíduo, mas sim por lista, o PS não a apresentaria, mas propunha ao PSD que incorporasse na sua lista, um elemento de outro partido com assento nesta Assembleia. ----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que disse que o PSD ia manter o que fez no início do mandato, ou seja, apresentar uma lista só com elementos do PSD. Concluiu a sua intervenção agradecendo as palavras da Susana Correia quanto ao motivo da eleição da nova Mesa.-----

-----  
De seguida, submetida a votação, por escrutínio secreto, a lista apresentada, constatou-se o seguinte resultado: -----

- 25 votos a favor; -----

- 1 voto contra,-----

- 16 votos em branco.-----

Por conseguinte, passou a Mesa da Assembleia Municipal a ser constituída por: -----

Presidente – Cristina Manuela Cardoso Tenreiro;-----

1.º Secretário – Ricardo Leite de Oliveira; -----

---



2.ª Secretária – Ana Patrícia Bastos Cunha.-----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, agora eleita, disse o seguinte:-----

“Queria, em primeiro lugar, agradecer o voto de confiança na Mesa desta Assembleia Municipal, da qual faço parte, e, neste contexto, dizer que procurarei desempenhar o papel de Presidente da Assembleia Municipal, que muito me honra, e, desde já, o compromisso de procurar desempenhar com lealdade e trabalhar sempre com o intuito de defender a nossa terra, defender Santa Maria da Feira, mas, acima de tudo, as pessoas de Santa Maria da Feira.-----

Infelizmente, este momento é um momento muito triste, é manchado de negro, acontece devido a uma fatalidade, ao falecimento do nosso querido e amigo Presidente, Carlos Jorge, um homem bom da comunidade, feirense de gema, homem que se caracterizava por gerar consensos, criar e construir pontes.-----

Não me esqueço das suas palavras aquando da candidatura. Disse que acreditava no projeto do Dr. Emídio Sousa e que aderiria ao projeto, pois este, o Dr. Emídio Sousa, representava as características do povo santamariano, era frontal e direto, era pragmático e objetivo, e que fazia acontecer. E ele queria, também, ajudar a fazer acontecer, a contribuir para o desenvolvimento de Santa Maria da Feira, pois eram estas as qualidades que via no Dr. Emídio, que via que eram similares às qualidades e às virtudes das pessoas de Santa Maria da Feira.-----

Assim, o que eu espero e desejo, é ter a arte e o engenho de também contribuir para fazer acontecer. Prometo, procurar ter sempre como exemplo, o desempenho do Dr. Carlos Jorge e contribuir, assim, para que esta Assembleia desempenhe com mestria a sua função e as suas competências, promovendo o desenvolvimento de Santa Maria da Feira, sítio onde as pessoas têm sonhos, constroem pontes e fazem obra, e são felizes.”-----





*O membro Ricardo Leite entrou na sessão e, de imediato, tomou o seu lugar na Mesa, como 1.º Secretário. A deputada municipal Ana Cunha tomou o seu lugar na Mesa, como 2.ª Secretária.* -----

*Entraram os membros Nuno Joel Rocha, José Carlos Martins, Armando Teixeira e André Vivas Rocha.* -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu este período dando nota que a Mesa pretende submeter à aprovação um voto de pesar pelo falecimento do anterior Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Jorge Oliveira. Posto isto, passou a ler o voto de pesar em referência, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“No passado dia 14 de agosto de 2023, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira foi surpreendida pela trágica notícia do falecimento súbito do seu Presidente, Carlos Jorge Campos de Oliveira, aos 55 anos.-----

Desde o dia em que tomou posse, a 16 de outubro de 2021, o Dr. Carlos Jorge Oliveira exerceu o cargo de Presidente com reconhecida elevação e cumprimento rigoroso das regras instituídas, priorizando o debate político entre todos os membros eleitos em detrimento do debate partidário, e assumindo como fim último deste órgão deliberativo o desenvolvimento do seu concelho nas suas múltiplas dimensões.-----

O nome do Dr. Carlos Jorge Oliveira ficará para sempre associado à sua terra, Santa Maria da Feira. Ilustre feirense e advogado de profissão, desempenhou vários cargos e funções na vida municipal, empresarial e associativa do concelho, colocando sempre em primeiro plano a afirmação e valorização de Santa Maria da Feira e das suas gentes.-----

Enquanto vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira (mandato 2001–2005), onde tutelou o então Pelouro de Administração e Finanças, Carlos Jorge Oliveira evidenciou, de imediato,



Ina Cunha

qualidades técnicas e humanas que viriam a marcar a sua singular forma de atuação na gestão da coisa pública. -----



Entre inúmeras funções de relevo que desempenhou, Carlos Jorge Oliveira foi presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Maria da Feira, presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira (2002 a 2006), presidente da Direção da Agência de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Vouga (2001 a 2005), administrador da empresa municipal Feira Viva (2002 a 2005) e vice-presidente do Conselho de Administração da Agência de Energia do Entre Douro e Vouga (2002 a 2005). -----

O Executivo Municipal, declarou de imediato – ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Luto Municipal nos dias 14, 15 e 16 de agosto de 2023, com a inerente colocação da bandeira do Município a meia haste nos edifícios municipais, nomeadamente nos Paços do Concelho e no Centro de Congressos do Europarque. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----
- Manifestar à família e amigos enlutados, as mais sinceras condolências; --
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.” -----

-----  
Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD:28, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, IND), aprovar o voto de pesar em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito, ficando instituído tratar-se de um voto de pesar apresentado em conjunto por toda a Assembleia. De seguida, foi reservado um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. Carlos Jorge Oliveira. -----  
-----

  
  
*Ino Cunha*



Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** informou haver mais dois Votos de Pesar e Solidariedade, para votação, ambos apresentados pelo grupo municipal do PSD, que leu e cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“O Grupo Municipal do PSD, propõe um voto de pesar e solidariedade, em nome de todas as vítimas do forte tremor de terra, de 6,8 graus na escala de Richter que abalou a zona de Marraquexe-Safim e arredores, no Reino de Marrocos, na noite de 8 de setembro. O terramoto provocou uma enorme devastação e deixou milhares de mortos e feridos, sem que se saiba ainda o número exato. Segundo o Governo de Marrocos, a província mais atingida foi a de Al Haouz, onde se situa a antiga vila de Moulay Brahim, a sul de Marraquexe, que registou o maior número de vítimas. Este foi o maior sismo que Marrocos sofreu nos últimos tempos, superando o grande sismo de 1960 que devastou a cidade de Agadir. Para além das vidas humanas perdidas, o sismo danificou seriamente a medina de Marraquexe, que é património mundial da UNESCO. Os primeiros relatórios indicam que vários locais de valor histórico e cultural da cidade foram destruídos, assim como diversos edifícios públicos, como escolas e centros de saúde, na região afetada pelo sismo. Desde o primeiro momento, equipas de socorro de todo o país acorreram ao local para resgatar os sobreviventes que ficaram presos nos escombros, contando com o apoio da comunidade internacional, que se mostrou solidária com esta tragédia, incluindo Portugal. -----

Pelo que, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:-----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar e Solidariedade”; -----
- Observar um minuto de silêncio, em homenagem a todas as vítimas desta catástrofe.”-----

-----  
“O Grupo Municipal do PSD, propõe um voto de pesar e solidariedade em nome de todas as vítimas da forte tempestade, que já tinha causado

---



Ina Canela

estragos na Grécia e que varreu o Leste da Líbia no passado dia 10 de setembro, deixando um cenário de caos e destruição, cuja dimensão ainda não é totalmente conhecida. O balanço provisório de vítimas é muito elevado, estimando-se que cerca de sete mil pessoas tenham morrido e mais de dez mil estejam desaparecidas e dezenas de milhar tenham sido obrigadas a abandonar as suas casas. A cidade de Derna, na costa Líbia, foi uma das mais afetadas pela tempestade Daniel, que provocou o colapso de duas barragens e inundou parte da cidade, causando muitas mortes e danos materiais. Outras cidades costeiras do Leste Líbio, como Benghazi ou Albayda, também sofreram os efeitos devastadores da tempestade, que arrasou infraestruturas e serviços essenciais. Equipas de socorro tentam prestar auxílio às vítimas, mas enfrentam dificuldades para se deslocar no terreno, devido à obstrução ou inexistência de estradas, bem como às falhas de eletricidade e de comunicação. -----

Pelo que, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar e Solidariedade”; -----
- Observar um minuto de silêncio, em homenagem a todas as vítimas desta catástrofe.” -----

-----  
Submetidos separadamente a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD:28, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, IND), aprovar os dois votos de pesar e solidariedade em referência, cujos teores já se encontram devidamente exarados nesta ata e que se dão aqui por transcritos. De seguida, foi reservado um minuto de silêncio em homenagem a todas as vítimas das catástrofes em questão. -----

-----  
*Entraram os membros Lia Ferreira, José Carlos Silva, António Valdemar Ribeiro e Valdemar Silva.* -----



Ana Curocha



Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** informou da existência de uma moção apresentada pela Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal que foi criada para acompanhar o processo em curso da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa, Fase 1: Troço Porto/Soure, Lote A, que passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----




“MOÇÃO SOBRE O PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E EMISSÃO DO TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL DA LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO E LISBOA FASE 1: TROÇO PORTO/SOURE (LAV), LOTE A -----

A LAV (linha de alta velocidade), atravessa o concelho de Santa Maria da Feira, Distrito de Aveiro nas freguesias. União de Freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteirô; União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo; Freguesia de São João de Ver; Freguesia de Rio Meão; Freguesia de Santa Maria de Lamas; Freguesia de São Paio de Oleiros; Freguesia de Nogueira da Regedoura; -----

A Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, do processo em curso da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa Fase 1: Troço Porto/Soure (constituída por deliberação da AM de 30/06/2023, nos termos do disposto no art.º 4.º c) e artigos 47.º a 50.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira), vem por este meio apresentar a sua posição relativamente à matéria acima referida; -----

O projeto é essencial para o desenvolvimento estratégico do país, não obstante, tem um impacte social muito relevante, nomeadamente no que diz respeito a afetações diretas de habitações e atividades económicas, bem como a afetação das comunidades. -----

A Assembleia Municipal de S. M. Feira apresenta sérias preocupações com os impactes ao nível das populações atravessadas por esta obra, quer em termos de afetação do seu edificado, quer ao nível da alteração da qualidade de vida, bem como o impacte no desenvolvimento económico

deste território.-----

Ao abrigo das disposições legais em vigor, vem os partidos subscritores desta moção propor que:-----

1 - Sejam adotadas as medidas necessárias para garantir a auscultação, acompanhamento e participação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira em todas as fases do projeto de execução.-----

2 - Seja feita uma avaliação minuciosa das diferentes alternativas, atendendo à mitigação de impactos no território, na vida das comunidades, no desenvolvimento económico e social;-----

3 - Sejam otimizadas as soluções arquitetónicas de forma a minimizar o efeito de seccionamento e barreira às populações;-----

4 - Sejam garantidos os restabelecimentos de todas as vias e serviços afetados e das serventias às propriedades;-----

5 - Seja reavaliada, em sede de projeto de execução, uma hipótese alternativa entre os km's 38+000 e 49+000, infletindo o traçado para poente, junto ao limite do corredor de 200 m, tendo em conta as posições e deliberações de Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira;-----

6 - Mitigar os obstáculos que comprometam o dinamismo empresarial do concelho, sendo Santa Maria da Feira o terceiro Município de toda a região norte e centro, com o maior número de empresas;-----

7 - Garantir que o traçado da LAV não põe em causa o desenvolvimento do *masterplan*, do parque empresarial Lusopark e do Europarque que se afiguram como polos aglutinadores de grandes investimentos;-----

8 - Seja desenvolvida uma campanha de informação da população na envolvente próxima do protejo, com o apoio das câmaras municipais e freguesias abrangidas;-----

9 - Promover reuniões de esclarecimento com todas as entidades e cidadãos que participaram na consulta pública e cujas exposições constam no Relatório de Consulta Pública da Avaliação de Impacte Ambiental;-----



Handwritten signature



---

10 – Implementar um mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações, contemplando um número suficiente de pontos de atendimento presencial, atendimento telefónico e através da internet;-----

11 – Garantir que os processos de expropriação asseguram os seguintes princípios: -----

a. Os expropriados devem ser adequadamente informados sobre o processo de expropriação e os direitos que lhes assistem nesse processo; -----

b. Nos casos de agregados familiares mais desfavorecidos e vulneráveis em que o valor de expropriação dos recursos (por exemplo, de habitação) seja insuficiente para a aquisição de recursos funcionalmente semelhantes, os valores das compensações devem ser majorados por forma a possibilitarem uma aquisição de recursos alternativos que assegurem, suficientemente, o bem-estar das famílias;-----

c. Os agregados familiares mais desfavorecidos e vulneráveis que não sejam proprietários dos recursos expropriados, mas sim arrendatários, devem ser apoiados no sentido de encontrarem situações alternativas, sobretudo no que respeita a habitação; -----

d. O estudo de impacte social e socioeconómico, deve identificar, analisar e configurar as situações que possam originar processos de realojamento coletivo, com a participação ativa dos afetados, ou outras situações que se venham a tornar relevantes;-----

12 – Garantir que é compensada toda a população que sofra transtornos no decorrer da obra, independentemente desse transtorno ser direto ou indireto; -----

13 – Garantir o acompanhamento às famílias afetadas por uma equipa pluridisciplinar, com competências de avaliação efetiva dos impactos sociais das expropriações; -----

14 – Seja assegurada a informação necessária quanto à compensação a entidades públicas ou privadas que venham a ser afetadas, mediante

---



She Cordeiro

---

critérios justos em face dos impactes provocados e da segurança e estabilidade dos cidadãos e do território;-----

15 – O Programa de Gestão de Impactos Sociais deve ser realizado/definido em articulação com o município/freguesias e as partes interessadas (indivíduos, associações, empresas), e, promovendo a auscultação da comunidade;-----

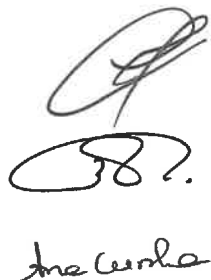
16 – Na definição das medidas compensatórias, devem ser tidas em conta o impacto social, económico e o impacto na comunidade, tendo em conta a situação antes do projeto e a situação após o projeto, devendo ser acauteladas com base em critérios de equidade, proporcionalidade, subsidiariedade, legalidade e justiça; -----

17 – Elaborar e apresentar ao Município, o programa de monitorização de impactes sociais, de forma a avaliar a eficácia das medidas de minimização e/ou compensação, propondo, caso se identifiquem impactos adicionais, novas medidas; -----

18 – Considerando a falta de ligação dos municípios a sul da Área Metropolitana do Porto à rede do Metro do Porto, tendo em conta que a única linha ferroviária que serve o concelho e os concelhos a sul da AMP não tem qualquer interface com a rede ferroviária nacional, e ainda, que as interfaces desempenham um papel determinante no sistema de transportes local, tendo como objetivo central o reforço da utilização das redes de transporte coletivo e, simultaneamente, a agilização da sua articulação com a mobilidade suave, defende-se que o projeto da linha de alta velocidade contemple alternativas para a resolução do problema, sugerindo-se a criação de um interface da Linha de Alta Velocidade e a Linha do Vouga na zona de São Paio de Oleiros, bem como, seja devidamente assegurado à população de Santa Maria da Feira, um conjunto de medidas compensatórias centradas nos transportes e mobilidade, garantido que toda a população tem acesso a uma rede de transportes públicos dimensionada para as suas necessidades, com

---





ligações estruturantes dentro e para fora do município. -----

A presente Moção deve ser enviada ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, Infraestruturas de Portugal (IP), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Comissão de Avaliação da LAV, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Comissão de Coordenação da Região Norte, Área Metropolitana do Porto, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.-----  
Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira.”-----

-----  
Submetida a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND), aprovar a moção em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

-----  
Posto isto, prosseguindo os trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia informou da existência de 2 moções e 1 recomendação que, nos termos regimentais, foram remetidas aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviadas, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos respetivos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos. -----



-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA-----

Em fevereiro de 2022, e tendo por base os valores praticados em 2021, a DECO PROteste publicou uma análise detalhada do panorama da aplicação da tarifa social da Água para apoiar as famílias mais carenciadas. Nesta análise, a medida é classificada como “crucial para as famílias mais frágeis economicamente”, tendo a função de suavizar o peso da fatura da água sobre estas famílias. Contudo esta medida acaba por

---



  
  
Ana Cunha

não chegar a todo o território nacional porque esbarra na palavra “voluntária” e na falta de vontade de alguns executivos camarários de oferecer aos seus munícipes algo que lhes é devido. E, dos 30 com preços de abastecimento mais elevados em 2021, há quatro (Trofa, Santo Tirso, Santa Maria da Feira e Fafe) que não aplicam tarifa social. Aos agregados com rendimentos mais frágeis, as medidas preconizadas no decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, não servem a todos por igual, e em Santa Maria da Feira, a responsabilidade é dos executivos liderados por Emídio Sousa. -----

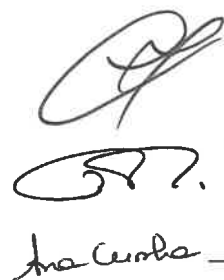
Os Feirenses vivem com dificuldades económicas cada vez maiores, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018,

  
Ana Cunha



em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 22 de setembro de 2023, delibera: -----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da



Inês Cunha

Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

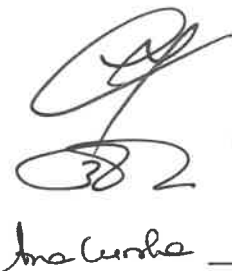
Concluindo a sua intervenção, o membro Tiago Paiva lembrou que já foi solicitado, repetidamente, à Câmara, em sessões anteriores desta Assembleia, para esta informar quantas são as famílias, efetivamente, apoiadas na fatura da água, e que, na última sessão, o Sr. Vice-Presidente da Câmara assumiu o compromisso de comunicar esses dados, o que não aconteceu, razão pela qual reiterava o pedido. Salientou que a resposta permitiria saber se o número de pessoas que são apoiadas pela Câmara se aproxima dos 10 mil agregados familiares que seriam apoiados pela aplicação automática da tarifa social da água, acrescentando que, no entender do BE, essa medida não só é essencial, como é incompreensível que o executivo municipal não a assuma e implemente no seu portfólio. ----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

“PELA INSTALAÇÃO DE LOJAS DE CIDADÃO, ESPAÇOS EMPRESA E ESPAÇOS CIDADÃO EM SANTA MARIA DA FEIRA -----

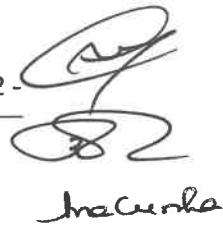
O programa de modernização administrativa do Estado Português tem vindo a consolidar três tipologias de espaços que visam melhorar a relação entre a Administração e os cidadãos: a Loja de Cidadão, o Espaço Empresa e o Espaço Cidadão.-----

A Loja de Cidadão é um conceito de prestação de serviços públicos que reúne no mesmo espaço várias entidades públicas e privadas, com o objetivo de facilitar a relação dos cidadãos e das empresas com a Administração Pública. A criação das primeiras Lojas de Cidadão data de 1999. Desde então a rede tem crescido, bem como a sua utilização por parte dos cidadãos. Além de proporcionar conforto e comodidade, as Lojas também permitem partilhar recursos, infraestruturas e plataformas,



potenciando a eficiência e redução de custos ao Estado.-----  
Desde 2014 compete aos Municípios a instalação de novas Lojas de Cidadão, competência exercida em estreita articulação com a Agência para a Modernização Administrativa, I.P.-----  
Atualmente estão em funcionamento em Portugal 69 Lojas de Cidadão.-----  
O Espaço Empresa é um balcão de atendimento integrado, destinado aos empresários que desejem solicitar serviços e obter informações inerentes ao exercício de uma atividade económica. Podem, por exemplo, efetuar serviços de registo Empresa na Hora, pedir uma Certidão Permanente, solicitar informação sobre legislação relativa à sua atividade económica, conhecer os passos inerentes à criação de negócio próprio, entre outros.----  
Existem 33 Espaços Empresa em Portugal, normalmente concentrados em locais de maior dinâmica empresarial.-----  
O Espaço Cidadão é um ponto de atendimento de proximidade que reúne serviços de diferentes entidades num único balcão. No Espaço Cidadão os utentes têm acesso a diversos serviços da administração central, local e de entidades privadas que prestam serviços de claro interesse público. Nos Espaços Cidadão é possível tratar de cerca de 90 assuntos, de mais de 15 serviços públicos.-----  
Existem atualmente 857 Espaços Cidadão em Portugal, instalados em Lojas de Cidadão e pontos de atendimento da administração local. Muitos dos Espaços Cidadão estão localizados em instalações de Juntas de Freguesia.-----  
No Distrito de Aveiro estes equipamentos cobrem quase todo o território. O Distrito acolhe 5 Lojas de Cidadão, 2 Espaços Empresa e 70 Espaços Cidadão.-----  
Apesar dos apoios (que chegam a 100% das despesas elegíveis, quer no Programa Operacional Portugal 2020, quer no Plano de Recuperação e Resiliência), em Santa Maria da Feira existem zero Lojas de Cidadão, zero Espaços Empresa e zero Espaços Cidadão. Os nossos cidadãos e empresas

---



Inacunha

vêm-se, assim, diariamente envolvidos na complexa malha burocrática do Estado e não têm acesso a qualquer serviço de proximidade que lhes permita resolver, no mesmo local, os seus problemas ou facilitar a sua relação com a Administração Pública. Se quiserem renovar a carta de condução, solicitar uma caderneta predial, pedir uma autorização de residência, efetuar pedidos à Segurança Social ou alterar a morada do Cartão de Cidadão, entre muitos outros assuntos, são obrigados a dirigir-se a vários serviços, em locais diferentes, e, não raras vezes, a deslocar-se para fora do concelho, perdendo tempo e dinheiro. -----

Num concelho de grande extensão territorial, cada vez mais envelhecido, com baixos níveis de literacia digital e carenciado de uma adequada infraestrutura de transportes, tal não é admissível. Não podemos continuar a privar os nossos cidadãos de um acesso rápido e próximo à Administração Pública no seu próprio concelho. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 22 de setembro de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal diligenciar no sentido de criar uma Loja de Cidadão e um Espaço Empresa de escala concelhia, bem como uma rede de Espaços Cidadão em articulação com as Juntas de Freguesia de todo o concelho, aproveitando os programas de financiamento disponíveis.” -----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“MAIS VIDRO, MAIS RECICLAGEM #HORECAFAZPARTEDASOLUÇÃO-----

De entre os vários objetivos traçados pela Comissão Europeia, aprovados pelos Estados-Membros, consta o incremento da reciclagem dos resíduos urbanos para um total de, pelo menos, 55% até 2025. Do mesmo modo e conseqüentemente, procurar-se-á reduzir a quantidade de material



destinado a aterros, reorientando os diversos agentes no terreno para uma lógica circular e concomitantemente de valorização dos recursos. ----- Portugal está a conseguir aumentar a recolha seletiva de embalagens, no entanto o vidro segue em contraciclo. Adicionalmente, a indústria vidreira nacional depara-se com o paradoxo de ter de importar matéria-prima e sujeitar-se aos humores do mercado internacional, em função da quantidade disponível e preços praticados, enquanto se depositam milhões de embalagens de vidro nos aterros nacionais. -----

A Sociedade Ponto Verde há muito detetou este problema e procura formas alternativas de o superar. O canal HORECA foi identificado como sendo aquele em que mais dificuldades estariam a existir para garantir a efetiva reciclagem, designadamente por: -----

- os respetivos ecopontos encontrarem-se, demasiadas vezes, excessivamente distantes do local do estabelecimento comercial; -----
- o baldeamento ocorrer no final da operação diária, o que muitas vezes sucede em plena noite; -----
- o ruído gerado ser manifestamente incomodativo para o próprio e para a vizinhança, sobretudo durante a noite; -----
- o baldeamento ser, invariavelmente, concretizado unidade-a-unidade, prolongando excessivamente o processo e o ruído. -----

Qualquer cidadão que não beneficie de recolha porta-a-porta e efetue a reciclagem do vidro pode-se deparar com o mesmo problema, no entanto aquilo que diferencia e dificulta o processo de reciclagem no canal HORECA é o volume. Estes estabelecimentos podem gerar dezenas e, em alguns casos, centenas de embalagens de vidro diariamente. -----

Para atender a esta particularidade foram desenvolvidos vidrões com um sistema inovador para agilizar (assistir) o baldeamento. São ecopontos, suportados por um mecanismo tecnológico, que automaticamente e de uma só vez, consegue baldear um contentor de 120 litros (Fig.1). Desta forma, o processo manual de colocação das embalagens peça-a-peça é



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
Ina Cunha

anulado, acelerando todo o processo.-----

Atendendo aos insuficientes resultados do Município de Santa Maria da Feira, em matéria de reciclagem, solicita-se à Assembleia Municipal que delibere favoravelmente:-----

1. Solicitar ao Município de Santa Maria da Feira a adesão ao projeto-piloto “Mais Vidro, Mais Reciclagem #Horecafazpartedasolução”, desenvolvido pela Sociedade Ponto Verde e a Associação dos Industriais de Vidro e Embalagens.-----

Fig. 1 – Ecoponto com mecanismo de baldeamento assistido -----  
(segue imagem).”-----

O membro Daniel Gomes, concluindo a sua intervenção, informou que o grupo municipal do PS vota favoravelmente a moção apresentada pelo BE, em concordância com a posição adotada nas sessões anteriores, e que também iria votar a favor a moção trazida pela IL até porque o proposto tem sido presença constante nos programas políticos eleitorais do PS. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os documentos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Ângelo Santos. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por informar que o CDS-PP subscreve a moção apresentada pela IL, dizendo considerar que, num concelho com a dimensão do de Santa Maria da Feira, é indispensável ter Espaços Cidadão e Lojas de Cidadão disponíveis para que as pessoas não tenham de ir a concelhos vizinhos tratar dos seus assuntos.-----

Disse também subscrever a recomendação trazida pelo PS, salientando que tudo o que se puder fazer para reciclar é melhor do que ir para aterro, pois é mais amigo do Ambiente e melhor para a existência de todos, além do valor acrescentado que isso significa para a economia.-----





Concluindo disse, a respeito da moção do BE, que se iria abster, até pela persistência do BE, acrescentando que espera que a Câmara tome uma posição sobre o assunto, de uma vez por todas, para que a moção não seja presente e votada em todas as sessões desta Assembleia. -----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse acompanhar a recomendação do PS para a adesão ao projeto piloto em causa porque o BE considera tratar-se de um projeto importante para o Ambiente e para a responsabilidade social que todos devem ter na sua proteção. -----

Referiu que também acompanha a moção para a instalação de Lojas de Cidadão, Espaços Empresa e Espaços Cidadão em Santa Maria da Feira, comentando que é sempre interessante ver a IL a defender mais Estado e um Estado mais próximo da população. -----

-----  
Usou da palavra o membro **Miguel Branco** (CH) que informou o seu voto favorável à moção da IL e à recomendação do PS e, quanto à moção do BE, anunciou que votaria contra, conforme procedeu até à data. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse querer contestar o comentário feito pelo membro Tiago Paiva, salientando que também fica muito contente quando vê o BE associar-se às propostas da IL que visam descentralizar o Estado, num país tão centralista que vê o Estado como o 'Deus Absoluto', as quais visam aproximar e facilitar a vida dos cidadãos. --

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer, aludindo à moção do BE sobre a tarifa social da água, que remete a posição do grupo municipal do PSD para o que foi dito nas últimas sessões da Assembleia, comentando que compreende e respeita que o membro Tiago Paiva insista na apresentação da moção, tal como o membro Tiago Paiva aceitará este proceder do grupo municipal do PSD. -----

---



*Inês Cerdeira*

Quanto à moção apresentada sobre a linha ferroviária de alta velocidade aludiu ao facto de ter sido feita por todos, dando os parabéns a todos pelo esforço despendido para alcançarem um consenso.-----

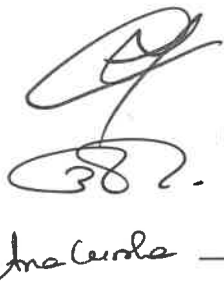
Em relação à moção da IL referiu parecer-lhe indiscutível que o Município está ao lado das pessoas, ao lado das empresas e do investimento, acrescentando que a Câmara está, há muitos anos, em negociações com o Estado Central com vista à implementação de uma Loja do Cidadão no Município. Disse ainda que, sem querer fazer política nacional, não sabe onde se irão arranjar funcionários para a Loja do Cidadão devido há atual falta de funcionários nas conservatórias, pelo que não será uma questão fácil de resolver. -----

Sobre os Espaços Cidadão e a possibilidade de serem instalados nas juntas de freguesia, referiu que, do que sabe, isso acarretaria um custo fixo para as juntas de freguesia, pelo que não sabe se têm interesse nisso, embora a Câmara esteja sempre disponível para as apoiar, comentando que também não sabe se a relação custo/benefício, será assim tão grande, dada a curta distância às várias Lojas do Cidadão existentes em concelhos vizinhos e à Conservatória localizada nesta cidade. -----

Quanto aos Espaços Empresa, lembrou que o Município já tem o Gabinete de Apoio ao Empresário, tem ainda um projeto de sucesso que visa englobar os empresários, que é o Bizfeira, assim como o serviço denominado Via Verde Empresas. Informou, assim, que o grupo municipal do PSD, concordando com a moção, vai votar contra porque a Câmara já está a fazer tudo o que nela é mencionado.-----

Em relação à recomendação do PS sobre a reciclagem do vidro disse que a Câmara tem levado a cabo a reciclagem através da recolha porta-a-porta, a qual, neste momento, tem uma cobertura na ordem dos 80%, sendo o objetivo de curto prazo a cobertura total. -----

Sobre a dificuldade no processo de reciclagem no canal HORECA disse ser a empresa Suldouro que está encarregue da situação, acrescentando que,

  
Ana Paula



ao que sabe, o Programa 2025-2027 contempla o processo da automatização do sistema, pelo que, estando o proposto já previsto executar, o grupo municipal do PSD, vota contra esta recomendação. -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse querer, respeitando a posição do grupo municipal do PSD acerca da moção da IL, prestar alguns esclarecimentos. -----

Referiu que a IL não está a falar da substituição dos serviços municipais, salientando que se o Município tem um gabinete de apoio ao empresário como instrumento usado na relação para com o empresário, faz muito bem. Esclareceu que a IL está a falar da relação das outras estruturas do Estado, como o IAPMEI e a Direção-Geral do Comércio com os empresários do Concelho, fazendo notar que o Gabinete de Apoio ao Empresário não pode criar empresas na hora, nem passar certidões, salientando que se a Câmara não consegue substituir essas entidades, deve reivindicá-las para o Concelho, e obrigá-las a trabalhar com os empresários, o que é diferente de obrigar os empresários a ir ter com elas. -----

Disse que, no caso dos Espaços Cidadão, é um facto que o apoio do Estado é para a instalação, mas que a responsabilidade do funcionamento, é semelhante à que se passa nos postos dos CTT a funcionar nas juntas de freguesia, salientando que ninguém estará contra isso. Acrescentou tratar-se de uma opção política respeitável, e explicou que, se existem 857 Espaços Cidadão no país, alguns a funcionar nas instalações das juntas de freguesia, isso significa que, provavelmente, são apoiadas pelas respetivas câmaras municipais. Concluindo disse que talvez o problema seja a falta de mecanismos de financiamento desta Câmara para as juntas de freguesia, para que elas possam ter Espaços Cidadão, e não o contrário.-----

-----  
Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que disse, relativamente à questão dos Espaços Cidadão, que o caminho será, cada vez mais, a realização

---



João Cunha

destes serviços de forma online. -----  
Sobre os Espaços Empresa fez notar que, só em Santa Maria da Feira, deve haver cerca de 200 espaços onde podem ser criadas empresas já que os advogados e solicitadores detêm tais competências. Referiu não saber se a abertura de um Espaço Empresa, com custos para as juntas de freguesia, será atrativa, dada a relação custo/benefício, e que esta é a opinião do grupo municipal do PSD, embora perceba o referido pelo membro Carlos Martins. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, tendo começado por dar nota que não se pronunciaria a respeito da moção sobre a tarifa social da água, da autoria do BE, porque teria de repetir o que já disse inúmeras vezes. -----

Sobre moção da IL relativa à questão da criação de Espaços Cidadão, Espaços Empresa e Lojas de Cidadão, informou que a Loja de Cidadão é um objetivo do município e que esteve programada há cerca de 12 anos, acrescentando que a Câmara, inclusive, disponibilizava o espaço e fazia o investimento. Deu nota que a Agência para a Modernização Administrativa não avançou com o processo, razão pela qual continua por concretizar esse objetivo, mas julga que o novo edifício dos Paços de Concelho, a executar, constituirá uma oportunidade para aproveitar as atuais instalações da Câmara para instalar a Loja do Cidadão. -----

Relativamente ao Espaço Empresa disse que, como já dito por João Cunha, cada vez mais se vive num estado on-line, em que um conjunto de atos são feitos on-line, pelo que não é preciso um Espaço Empresa. Referiu que a Câmara tem, há muitos anos, o Gabinete de Apoio ao Empresário e, mais recentemente, o Gabinete de Desenvolvimento Económico, especialmente dedicado ao apoio às empresas, acrescentando que qualquer empresário do Concelho sabe que, quando precisa de falar com o Presidente da Câmara, fala no próprio dia, a menos que esteja ausente em serviço externo.

---



Ana Cunha



Informou que a vocação do atual Executivo é a de ajudar as empresas a tratarem dos seus assuntos, seja nos licenciamentos, seja no encontro de soluções, comentando que uma certidão ou um registo da empresa, pode ser feito em segundos, via internet. Reforçou que, cada vez mais, se persegue uma administração pública digital, comentando que o Estado Português tem feito um bom caminho nesse sentido.-----

Sobre os Espaços Cidadão disse que essa foi uma proposta feita pelo Governo, há alguns anos, para que as juntas de freguesia disponibilizassem um conjunto de serviços, poucos, para os seus cidadãos, o que implicava ter dois ou três funcionários, comentando que se para a maioria delas já é difícil ter um funcionário a tempo inteiro, imagine-se terem dois ou três. Referiu que, na altura, falou com todos os presidentes de junta, mas nenhum quis aderir, comentando que, se fosse presidente de junta, também não queria, porque os recursos fornecidos se limitavam a um computador e uma mesa, e 60% das receitas revertiam para o Estado Central. Salientou que se tratava de uma transferência que daria cabo dos orçamentos das juntas de freguesia, daí considerar que a não adesão foi uma boa decisão, até porque, cada vez mais os serviços públicos são digitais.-----

Disse que outro aspeto a considerar é que ninguém vai a uma loja de cidadão para renovar o cartão de cidadão, para renovar a carta e para levantar uma certidão, pois, normalmente, as pessoas vão tratar de um só assunto. Realçou ainda que o Concelho possui todos os serviços, mas que o problema é a falta de recursos humanos para dar cabal resposta, seja na Conservatória, seja no Registo Civil, seja no Registo Predial, ou outras. Afirmou que se deve exigir maior eficiência da Administração Pública Central, e não a criação de novos serviços, em sobreposição uns dos outros, fomentando mais despesa pública.-----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse que o país já tem um Estado muito pesado, que os portugueses já têm uma carga

---



*Ino Cunha*

fiscal muito pesada, fazendo notar que sempre que se propõe a criação de serviços, isso significa mais impostos para os cidadãos. -----  
-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse julgar que o assunto está claro, mas que também entende que quando o Sr. Presidente da Câmara pede para dar uma informação, não é para tomar uma posição política sobre este assunto, mas sim para dar uma informação. Referiu que a informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara está errada, e que a corrigiria, pois o Sr. Presidente da Câmara diz que são poucos os serviços de âmbito público que podem ser partilhados no Espaço Cidadão, quando, na realidade, são 90 assuntos diferentes, de 15 instituições do Estado diferentes.-----

Concluindo, argumentou que se tudo vai ser digital, então, a questão que coloca é qual a razão para a maior obra do mandato ser a construção de um novo edifício para a Câmara Municipal, para o qual vão ser gastos 880 mil euros só em projetos, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que é preciso um novo edifício porque a Câmara tem, neste momento, 1300 funcionários, dos quais mais de 500 estão afetos às escolas, que precisam de condições de trabalho adequadas, assim como os munícipes têm de ser bem acolhidos e bem tratados quando se dirigem aos serviços da Câmara. Por último, frisou que é melhor gastar 880 mil euros no projeto de um edifício que vai marcar a história do Concelho, do que pagar dezenas e centenas de milhar de euros por projetos que, às vezes, não saem do papel.-----

*Entretanto, no decorrer da discussão das moções e da recomendação, entrou o membro Maximino Costa, e saíram os membros José Carlos Silva e Rosa Silva.-----*  
-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----  
-----



Ana Cereia

– Recomendação “Mais Vidro, Mais Reciclagem #Horecafazpartedasolução”,  
apresentada pelo PS:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 voto a favor (PS:15,  
BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 30 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação  
em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que  
se dá aqui por transcrito. -----

Reentrou o membro Rosa Silva.-----

– Moção “Atribuição automática da Tarifa Social da Água”, apresentada pelo  
BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor  
(PS:16, BE, IND), 31 votos contra (PSD:30, CH) e 2 abstenções (CDS-PP,  
IL), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente  
exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– Moção “Pela instalação de Lojas de Cidadão, Espaços Empresa e Espaços  
Cidadão em Santa Maria da Feira”, apresentada pela IL:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 voto a favor (PS:15,  
BE, CDS-PP, IL, CH, IND), 30 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Rui  
Alves Rios), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra  
devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** possibilitou a cada grupo  
municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o  
entendessem e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as  
inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Tiago Paiva.-----

Reentrou o membro José Carlos Silva.-----



João Cunha

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse que a primeira questão que queria colocar ao executivo está relacionada com um assunto que surgiu na última sessão desta Assembleia e que tem que ver com a criação do regulamento municipal do património arbóreo e com a criação do inventário municipal do património arbóreo. Referiu que, se à data da última sessão, o Município se encontrava em incumprimento do prazo legislativo previsto para a criação do regulamento municipal do património arbóreo, queria saber se, à data de hoje, o Município também se encontra em incumprimento do prazo legislativo para a criação do inventário municipal do património arbóreo. Nesta medida, questionou quais são as diligências que estão a ser realizadas para a elaboração destes dois instrumentos importantes para a gestão do património arbóreo do Município. -----

Referiu que a outra questão tem a ver com o atraso das obras de reabilitação do Jardim de Infância de Guisande, salientando que os pais foram informados de que as obras iriam iniciar logo após o ano letivo que findou, mas, à data de hoje, ainda não são conhecidos nenhuns trabalhos com vista à requalificação daquele espaço. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Sr. Presidente, nós tivemos algumas queixas, a primeira é sobre a Capela de Campos. Já falámos neste tema há um ano, e os feirenses querem saber qual é o ponto de situação da Capela de Campos, quando é que avançam as obras da capela, se vai haver concurso novamente, se não vai haver.-----

Outro assunto que nos chegou às mãos, nós apelidamos de ameaça oculta: deslizamentos de terras, ratazanas e o perigo para a saúde das nossas crianças. Há um perigo de derrocadas de terras junto ao riacho nas traseiras dos prédios sitos nas ruas Avenida Dr. Caetano Domingos Sousa, entradas 15, 15B, 19, 19B, 21, onde existe o ATL GKids, rua dos





Ana Cerebe

Serralheiros, n.º 44, e rua Nossa Senhora de Campos, n.º 26 e 28, onde existe o ATL Pé de Feijão. Ao que parece, a Câmara, a Proteção Civil e a Junta de Freguesia foram informados pelos moradores dos prédios contíguos ao riacho do sucedido, há um ano, e até esta data ainda não fizeram nenhuma intervenção. Nós perguntámos se estão à espera que haja um acidente, se estão à espera que os pais e os moradores e os encarregados de educação informem a comunicação social do sucedido, ou, então, se é por o terreno também contíguo ao riacho ser de um dos maiores grupos de aço multifacetados e empresariais portugueses. -----

Achamos que aquilo merece que seja feita uma manutenção adequada e que ou a Câmara ou a Junta de Freguesia, ou a própria Proteção Civil, intervenham nesse riacho e façam mesmo a contenção de terras ou, então, a colocação de manilhas para eliminar o problema definitivamente. -----

Há um ano a esta data, vinha uma notícia em que a Câmara Municipal vai requalificar todos os parques infantis em espaço público do concelho. A terceira e última fase do plano já está em curso e contempla 15 intervenções, entre elas a requalificação total do parque infantil do Castelo. Desde o início do ano 2020, a autarquia já intervencionou 25 parques infantis, num investimento superior a 400 mil euros, mas o plano global de intervenções ronda os 700 mil euros. Isto foram palavras do Dr. Emídio Sousa. -----

Até ao momento, para nós, é ótimo, e damos os parabéns ao feito da Câmara, mas, pensamos que há um ponto que ficou esquecido, que apelidamos, no Chega, a luta invisível: o sentimento de uma criança com mobilidade reduzida. A infância é um período de descoberta, aprendizagem e brincadeiras. É um momento em que as crianças devem-se sentir livres para explorar o mundo ao seu redor e interagir com seus pares. No entanto, para uma criança com mobilidade reduzida, essa jornada pode-se tornar um desafio emocional e físico. A falta de equipamentos adequados e a dificuldade em brincar da mesma forma que outras crianças podem gerar



João Cunha

sentimentos complexos e profundos. -----  
Imagine, Sr. Presidente, uma criança com mobilidade reduzida olhando para o playground de um parque. Ela vê as outras crianças a correr, a pular, a subir e descer escorregas. Essas atividades que, para nós, aparentemente são simples, são uma parte intrínseca da infância, e podem parecer inalcançáveis. Ela deseja ardentemente ser capaz de participar plenamente, mas com limitações da sua mobilidade é colocada numa posição de desvantagem em relação às outras crianças. -----  
Um dos sentimentos mais prevalentes é o da exclusão que pode levar a um profundo senso de solidão e isolamento. Essa criança observa enquanto as outras brincam juntas, formam laços e criam memórias. Ela quer fazer parte disso, mas muitas vezes sente-se enjaulada porque não consegue acompanhar o ritmo das brincadeiras típicas das outras crianças. -----  
Além disso, é essencial proporcionar oportunidades para que essas crianças desenvolvam as suas próprias paixões e habilidades, independentemente das suas especificações físicas. Muitas vezes, elas possuem, estas crianças, talentos extraordinários que podem enriquecer as suas vidas e as vidas daqueles ao seu redor. -----  
Em última análise, a infância é um período precioso que deve ser vivido com alegria e curiosidade. Crianças com mobilidade parcial têm direito à mesma oportunidade de explorar, conectar e interagir com seus colegas. ---  
Todos nós, como sociedade, temos a responsabilidade de criar um mundo onde essas crianças não sejam definidas por suas limitações, mas pelo potencial ilimitado que possuem para enriquecer as nossas vidas e comunidades. Lançamos aqui o desafio ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. Emídio Sousa, e ao Sr. Vereador Mário Jorge, o favor de procederem à retificação de alguns espaços infantis, introduzindo alguns equipamentos adaptados, sendo o nosso principal objetivo proporcionar as mesmas oportunidades às crianças do concelho de Santa Maria da Feira. -----  
E, por fim, as atividades extracurriculares no ensino primário. Estas



Handwritten signature




desempenham um papel vital no enriquecimento educacional e no desenvolvimento das nossas crianças. No entanto, em algumas autarquias, como na da Feira, tem-se apresentado uma tendência preocupante de terceirizar a gestão dessas atividades para empresas privadas. Isso levou a uma situação alarmante de precariedade para os professores envolvidos e à falta de qualidade na educação oferecida às crianças.-----

Embora essa mudança possa trazer eficiência administrativa, também são comprovadas as condições precárias para os professores envolvidos. Atualmente, muitos professores recebem remunerações extremamente baixas, cerca de 10 euros à hora quando contratados como trabalhadores independentes, recibos verdes, ou até mesmo 6 euros por hora em alguns contratos, o que representa uma redução significativa em comparação com o que costumavam receber quando trabalhavam diretamente para os agrupamentos escolares, em cerca de metade.-----

Esta redução drástica nas remunerações está a gerar uma situação insustentável para os professores, que já enfrentam desafios financeiros significativos. Além disso, outra preocupação é a qualidade do ensino oferecido às crianças. Quando as empresas não oferecem professores específicos, alegadamente acabam a recorrer a indivíduos que não possuem licenciatura em ensino, comprometendo a qualidade da educação oferecida aos alunos do ensino básico, às aulas e ao ensino das crianças. Este aspeto não coloca apenas em risco a qualidade da educação oferecida, mas também representa uma violação da integridade do sistema educacional. É inadmissível que a educação das nossas crianças seja comprometida desta maneira.-----

Nós, aqui, queremos saber o que é que o Sr. Presidente tem a dizer sobre este assunto. Nós tivemos acesso a um contrato de trabalho, de uma dessas empresas, e aos recibos, que, depois, posteriormente, posso fazer chegar ao Sr. Presidente.” – fim de citação.-----

-----



João Carlos

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que a primeira questão que queria colocar à Câmara é relacionada com a abertura do ano letivo no Concelho. Disse ser a primeira vez que tal se realizou no novo contexto da transferência de competências, pelo que admite ser um desafio muito grande para os serviços municipais, para os técnicos e, também, uma aprendizagem. Referiu que a IL tentou compreender o que estava a acontecer, saber quais as queixas e as opiniões dos cidadãos, tendo, assim, quatro perguntas concretas a colocar neste âmbito. Salientou que uma tem a ver com o tema do leite escolar, nas EB1, dando nota que há um anúncio no Portal de Compras Públicas sobre a aquisição de leite escolar para as EB1, que foi publicado apenas no dia 11 de setembro e cujo prazo para apresentação das propostas termina na próxima semana. Disse que, presumindo que o serviço ainda não foi contratualizado, questiona como está a ser fornecido o leite escolar, qual a alternativa encontrada, e, se ainda não foi resolvida a situação, porque é que este processo começou tão tarde. -----

Referiu que situação idêntica acontece em relação à locação de veículos para os circuitos especiais de transportes escolares no ano letivo em curso, dando nota que esse concurso foi lançado em agosto e que a audiência prévia ocorrerá no dia 27 de setembro. Disse que, se o concurso ainda não foi concluído, e se ainda não há a aquisição deste serviço, questiona como se tem resolvido a situação neste tempo intermédio, e se, de igual forma, este processo não podia ter sido tratado mais cedo. -----

Ressaltou que outra questão prende-se com o quadro de pessoal, questionando quantas pessoas faltam em termos de auxiliares de ação educativa, em que freguesias ou em que agrupamentos, ou se o quadro está completo e está tudo resolvido.-----

Disse que a última questão, no âmbito do ano letivo, diz respeito aos fluxos dos processos de decisão. Salientou que existem formas de funcionamento diferentes na relação entre as juntas de freguesia, os serviços de educação



Ana Cunha



da Câmara e os agrupamentos, comentando que existem escolas que têm uma plataforma que podem usar para fazer as suas solicitações e, depois, a Câmara informa a Junta, a Junta faz a aquisição e entrega o material na escola, mas, noutros casos, o proceder adotado foi o de transferir o dinheiro da junta para o agrupamento, e este faz as aquisições. Disse, assim, querer perceber o fluxo burocrático da prestação dos serviços às escolas, e se o mesmo já está estabilizado. -----

Referiu que a segunda questão é sobre os fundos europeus, dando nota que veio a público que, ao nível da Área Metropolitana do Porto (AMP), está a ser discutido o instrumento que vai permitir financiar investimentos municipais e intermunicipais, tendo sido atribuídos 365 milhões de euros à AMP no âmbito das ITI – Iniciativas Territoriais Integradas. Disse ser do conhecimento público que o Sr. Presidente da Câmara não concordou com a proposta de distribuição e, por isso, veio a público defender os interesses do Concelho, questionando se essa questão está ultrapassada, qual o montante financeiro que o Município vai ter no âmbito do quadro comunitário, bem como saber o que foi negociado junto da AMP na defesa dos interesses de Santa Maria da Feira.-----

Disse que a terceira questão é relativa ao serviço de Psiquiatria do Hospital São Sebastião, perguntando como é que está o processo e se já há data para a abertura. -----

Deu nota, para finalizar, que a IL tem duas perguntas que irá passar a requerimento, e que uma delas é para questionar quantos contratos de gestão de eficiência energética tem o Município, hoje, assinados com os prestadores de serviços energéticos porque, segundo sabe, o Decreto-Lei n.º 50/2021 permite estabelecer contratos entre os municípios e os prestadores de serviços, para facilitar o processo da transição energética. Salientou que o Município tem feito trabalho nesse sentido, como na questão da iluminação pública, mas que pretende saber se o Município tem, ou não, esses contratos assinados, com quem e quando, comentando



que, tratando-se de um assunto técnico, a IL irá apresentar esse requerimento por escrito. -----

Concluindo, disse querer reforçar um pedido feito na sessão de 28 de abril de 2023 em relação ao parque edificado no Concelho, sobre o qual insistiu na última sessão da Assembleia, acrescentando que, como a IL não obteve qualquer resposta, irá fazer um requerimento à Mesa, para que esta o faça chegar à Câmara Municipal.-----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse querer colocar três questões, a primeira para saber se o trabalho de substituição das chamadas “abelhinhas” por separadores em betão, já efetuado em parte da ciclovia existente na variante que liga o Europarque a Rio Meão, foi interrompido devido a férias ou se vai ter continuidade. Questionou, ainda, quando é que aquela via vai ter iluminação, comentando que o período de inverno está próximo e, de noite, é muito inseguro frequentar a ciclovia. Referiu que um dos novos separadores já foi abalroado por uma viatura, o que é sinal de que são precisos, dada a perigosidade da via. -----

Disse que, na última sessão desta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara ia fazer o levantamento de todos os terrenos municipais que permitam construção de habitação, no âmbito do plano de habitação a custos controlados. Questionou se esse levantamento já foi efetuado e se alguns desses terrenos vão ser usados para a construção de habitações a custos controlados.-----

Referiu, de seguida, ter ficado contente ao saber que o Sr. Presidente da Câmara esteve presente na inauguração da Comunidade de Energia do Clube Desportivo Feirense, questionando quando é que os espaços municipais também vão ter esse tipo de equipamento para reduzir a pegada ecológica, para benefício do Município e para facultar energias limpas a todos os cidadãos.-----  
-----



Inês Cunha

Interveio a deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) que disse que a primeira questão que quer colocar prende-se com o antigo edifício da EB Fernando Pessoa, comentando que este assunto não é novidade pois já foi abordado em várias reuniões dos órgãos municipais. Referiu que, ao longo dos anos, chegou a ser dito que se estava a aguardar a transferência de competências para intervir no edifício, ressaltando que, tendo esta já ocorrido, gostava de saber o que está a ser previsto, se já há um plano de reabilitação, e, se sim, para quando ocorrerá a intervenção. -----

Disse que outra questão diz respeito aos abrigos dos transportes coletivos, salientando que são sucessivas as queixas de falta de condições, que a degradação é evidente e é lamentável, salientando que o outono e o inverno estão próximos. Disse saber que está a ser feito um plano de mobilidade urbana sustentável no qual, mais uma vez, está a ser feito o levantamento das condições dos abrigos, comentando que, com ou sem plano, o importante é acautelar as condições mínimas para dar alguma segurança e conforto no abrigo das crianças e restantes feirenses. Neste âmbito, questionou se a Câmara está já a desencadear diligências, independentemente da elaboração do plano e do citado levantamento, para garantir e salvaguardar as condições mínimas para o período que se avizinha. -----

Salientou, por fim, que as condições de acessibilidade, sendo uma preocupação de todos, tem sido uma constante preocupação no PS, relembrando a frase dita, algures numa sessão deste órgão, de que os equipamentos e edifícios municipais são todos acessíveis, que não são é acessíveis a todos, e aproveitando o atual Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que prevê, neste momento, financiamento de intervenções para a melhoria das acessibilidades nos edifícios que prestam serviços públicos presenciais e nas habitações privadas, o grupo municipal do PS questiona se existem candidaturas para aproveitar o financiamento, garantindo que os edifícios municipais passam a ser acessíveis a todas as



Ana Lamas

-----  
pessoas, e não só a algumas.-----  
-----

-----  
Interveio a deputada municipal **Ana Lamas** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

-----  
“Mais um ano que nos orgulha, mais um ano de identidade, mais um ano que fica nas nossas memórias, mais um ano de experiências diversas. -----  
Foi mais um ano de voltarmos a reencontrar aquelas pessoas que vemos todos os anos na Viagem Medieval, foi mais um ano de atração turística além-fronteiras. -----

-----  
Foram mais de 100 espetáculos por dia, nos quais estiveram envolvidas mais de 2.000 pessoas. -----

-----  
Estiveram envolvidas mais de 50 entidades culturais do território. -----

-----  
O perímetro do evento foi alargado possibilitando uma melhor circulação de pessoas, permitindo também incluir novas áreas cenográficas. -----

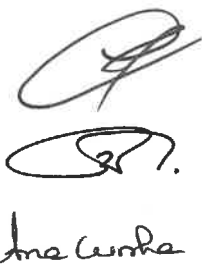
-----  
Este ano alargou-se a oferta da entrada a todos os jovens do Concelho até ao 12.º ano de escolaridade, mantendo-se também a oferta a famílias identificadas pela divisão social da Câmara e IPSS. -----

-----  
Também este ano houve uma melhoria significativa da zona envolvente da Piscina e das Guimbras permitindo, uma vez mais, a melhor confluência de pessoas e melhor acessibilidade. -----

-----  
Este ano, uma vez mais, com o empenho e dedicação que caracteriza as agentes de Santa Maria da Feira foi mais um evento de sucesso, no qual se proporcionou uma diversidade de experiências e uma reconstrução de memórias a todos os que visitaram a Viagem Medieval. -----

-----  
Aproveito assim para felicitar a Câmara Municipal, o Feira Viva, o tecido associativo e todos aqueles que animaram diariamente a Viagem Medieval pelo seu trabalho, empenho, dedicação e alegria com que brindaram todos os que visitaram a Viagem Medieval.”-----  
-----



  
Ana Cunha



Interveio o membro **Rodolfo Castro** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“A bancada do PSD vem por este meio congratular o executivo camarário e em especial o Gabinete da Juventude da Câmara Municipal. -----

Durante o mês de julho realizou-se mais uma edição dos Youth Days. Uma semana totalmente destinada aos jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 30 anos.-----

Dias preenchidos com diversas experiências lúdicas, recreativas, construtivas e educativas, enriquecedoras e valorizadoras para o crescimento e capacitação das gerações mais jovens.-----

A diversidade de propostas que preencheram as manhãs, tardes e noites daquela semana, a irreverência dos desafios lançados e a elevada participação de jovens é o que distingue os SMF Youth Days de tantas outras semanas e quinzenas da juventude.-----

Esta edição contou com uma renovada programação, mas com os mesmos valores adjacentes: potenciar o empreendedorismo, a consciencialização europeia, a cidadania ativa, a solidariedade social, a capacitação e o associativismo junto dos jovens.-----

A edição de 2023 trouxe uma maior diversidade de atividades (considerada a edição com mais atividades de sempre), um programa descentralizado, realizado principalmente em duas cidades norte do concelho, eixo Lourosa-Fiães. Uma decisão muito relevante para conseguir abranger o máximo de participantes e zonas do concelho. -----

Outro ponto a realçar nesta edição relaciona-se com a ligação dos jovens com a divisão de gestão cultural e com os serviços municipais de proteção civil. Um contacto direto muito enriquecedor com a gestão do município. ---

Outra iniciativa desta edição foi Bootcamp, uma atividade que tinha como principal objetivo uma aproximação dos jovens ao mundo do trabalho e pelas interações dos participantes foi uma atividade com sucesso. -----



ma Ceirba

Ao longo destes dias também foram assinados alguns protocolos do Programa de Incentivo Juvenil, como por exemplo, a equidade na distribuição de atividades pelas freguesias.-----

O sucesso dos Youth Days também ficou retratado nas várias atividades esgotadas, como por exemplo, o concerto dos Wet Bed Gang (banda escolhida por jovens locais). Uma escolha que foi ao encontro do público-alvo pretendido.-----

Estiverem presentes cerca de 12.000 pessoas.-----

Em suma foram:-----

6 Dias;-----

40 Atividades;-----

100 Horas de atividades;-----

15.000 Jovens participantes;-----

67.000 euros orçamento total.-----

Mais uma vez conseguimos verificar que vivemos num concelho que aposta verdadeiramente em políticas para os jovens.-----

Continuamos a ter imenso orgulho em afirmar que somos do concelho que está sempre um passo à frente.”-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por responder às questões colocadas pelo membro Tiago Paiva. Informou, no que concerne ao regulamento municipal do património arbóreo, que o mesmo está concluído e, brevemente, será presente aos órgãos municipais.-----

Sobre a obra a concretizar no edifício do Jardim de Infância de Guisande, referiu que a mesma envolve o manuseamento de materiais perigosos, tendo sido sujeita a parecer da Autoridade para as Condições do Trabalho, pelo que a obra iniciar-se-á nos próximos dias.-----

Aludindo às questões abordadas pelo membro Miguel Branco, e no que respeita à obra de requalificação da envolvente à Capela de Campos, esclareceu que o primeiro concurso ficou deserto, tendo sido lançado um



Inês Cunha

segundo, prevendo-se que a empresa a quem a empreitada foi adjudicada a inicie nas próximas semanas. -----

Sobre o risco de uma derrocada de terras, provocada pelo riacho, colocando alguns prédios em perigo, realçou que quem tem a responsabilidade de sustentar as terras, removendo o perigo, é quem aí as construiu, é o dono delas, e que não se deve colocar esse ónus no dinheiro público, no dinheiro dos impostos. Reiterou que o rio já lá estava e se existe algum risco de derrocada das terras, o dono tem de resolver o problema, acrescentando que é, absolutamente, contra o entubar de um rio, salvo em situações excecionais. -----

Em relação à requalificação de espaços infantis e aos recursos disponibilizados para as crianças com mobilidade reduzida, informou que, de momento, estão 4 parques adjudicados e alguns já os possuem, como o é o caso do parque das Caldas de São Jorge. -----

Sobre se a Câmara vai continuar a contratar empresas para as atividades extracurriculares, confirmou que sim, dando nota que se houver alguma situação anormal na relação contratual entre os prestadores e a empresa, terá que ser dirimida junto da Autoridade para as Condições do Trabalho pois não tal não compete à Câmara. -----

De seguida, aludindo às questões colocadas pelo membro Carlos Martins, disse, em relação ao concurso do fornecimento de leite escolar, que o concurso pode ter sido revalidado, o que, às vezes, se faz por precaução. ---

Sobre os veículos para transporte de alunos com necessidades educativas especiais, explicou que não houve concorrentes ao concurso, dando nota que esta situação está a ser frequente na área dos transportes. Informou que o concurso foi reaberto, e, transitoriamente, e porque as crianças não podiam ficar sem transporte, se procedeu-se à contratação de serviços para dar resposta imediata, crendo que em novembro estará tudo resolvido, pese embora tenha algumas reservas face à falta de motoristas e à mudança que está a ocorrer no setor dos transportes. -----



Ina Cunha

Em relação ao quadro de pessoal, deu nota que a Câmara tem aberto concursos regularmente para, dessa forma, ter uma reserva de recrutamento e atender as necessidades, acrescentando que, ao que sabe, se tem dado resposta.-----

Sobre os fluxos de decisão nos processos, referiu que o Município outorgou contratos interadministrativos, comentando que, quanto às EB 2,3, agora da responsabilidade da Câmara, a Câmara lhes entregou os recursos financeiros para que façam a gestão, enquanto que, nas demais escolas esse trabalho cabe às juntas de freguesia.-----

Em relação aos fundos europeus disse que, de facto, foi uma negociação dura na Área Metropolitana do Porto, confirmando que contestou e votou contra porque achava que Santa Maria da Feira tinha direito a mais 1 milhão de euros. Disse ser política e que, se calhar, o Município não teria esse direito, acrescentando que os critérios foram razoáveis, mas que preferia os critérios usados em Lisboa porque, pelas contas que fez, Santa Maria da Feira teria direito a mais 1 milhão de euros. Informou que o Município vai ter um pouco mais de 27 milhões de euros, mas que mal seria se, nos próximos 10 anos, Santa Maria da Feira só fosse buscar 27 milhões aos fundos comunitários, comentando que esta verba advém dos fundos distribuídos pelas áreas metropolitanas e pelas comunidades intermunicipais, mas que se arrecadará mais dinheiro por outras vias.-----

Relativamente ao serviço de saúde mental no Hospital São Sebastião disse que, como é sabido, foi comprado um terreno ao lado do hospital para nele ser instalado esse serviço, e dos contatos havidos com o diretor do hospital, sabe que será lançado um concurso, mas, de momento, ainda está a ser elaborado o projeto de execução.-----

Sobre os contratos de eficiência energética fez notar que o Município realizou alguns investimentos nessa área, sublinhando que foi o primeiro município do país a ter todas as luminárias a Led.-----

Quanto às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, disse que uma



Ana Cunha



delas diz respeito à eficiência energética, no seguimento do contrato que o Clube Desportivo Feirense celebrou com a empresa Greenvolt, aludindo ao facto de o Município ter sido pioneiro a trabalhar com a Greenvolt com vista à implementação das comunidades energéticas, e que o local ideal era no Europarque. Explicou que as comunidades energéticas são uma solução muito interessante e inteligente que permite, a quem produz energia em excesso, vendê-la a um vizinho, a um preço concorrencial, contudo, o Município ainda não conseguiu encontrar a fórmula jurídica para o fazer, que está a trabalhar na matéria, tendo até pedido a colaboração da empresa. Comentou que o Clube Desportivo Feirenses foi o primeiro, mas que as IPSS, por exemplo, também têm autonomia para o fazer, argumentando que para os privados é fácil de resolver mas não o é para as entidades públicas por causa do cumprimento de uma série de regras, mas que o Município tem muitos locais onde poderá implementar as comunidades energéticas, como as escolas, os pavilhões, as piscinas, o Europarque, o edifício da Câmara, e outros, mas que, primeiro, é preciso resolver os entraves jurídicos.-----

Sobre os separadores em betão do tipo new-jersey que estão a ser colocados na variante do Europarque até Rio Meão, disse que, para poder informar exatamente os prazos fixados e os locais onde serão colocados, terá de analisar o projeto.-----

Em relação à iluminação daquela variante informou que a questão já vem do tempo em que era vereador, dando nota que havia um acordo em que a Câmara fazia a infraestrutura, designadamente as tubagens, o que foi feito, e, depois, a EDP instalava os fios elétricos, a parte da iluminação, o que não foi feito, acrescentando que terá de averiguar o ponto da situação.-----

Sobre os terrenos municipais considerados apropriados para contruir habitação, informou que já estão identificados e que vão ser lançados concursos para ver se o mercado está interessado em neles construir habitação.-----



João Cunha

Sobre as questões colocadas pela deputada Lia Ferreira disse, quanto ao tema da antiga EB Fernando Pessoa, que foi preciso esperar muitos anos, para que, a então Secretária de Estado, Alexandra Leitão, encontrasse uma solução engenhosa para entregar o edifício à Câmara, informando que está a ser ultimado o projeto de execução para ali ser instalado o Centro Escolar de Santa Maria da Feira. -----

Em relação aos abrigos das paragens dos autocarros informou que vão ser renovados no âmbito do concurso para os transportes, e que vai aproveitar aqueles que têm publicidade para os renovar a custo zero, ou seja, a troca da publicidade. Salientou que há um trabalho profundo que está a ser feito, não é imediato, acreditando que, durante o próximo ano, seja implementado no terreno.-----

Concluindo a sua intervenção disse, a respeito dos edifícios municipais acessíveis a todos e das candidaturas para o efeito, que é obrigatório, por lei, que todos os edifícios municipais construídos sejam acessíveis a todos, e, quanto aos restantes, a Câmara tem procurado soluções mitigadoras, mas que não tem nenhuma obra para candidatar. -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

### **3 - XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente de Junta de Freguesia)**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, informando que, nos termos da circular n.º 60/2023/MJL, remetida à Mesa pela ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, decorrerá, no dia 30 de setembro próximo, o XXVI Congresso da ANMP. Deu nota que, nos termos dos Estatutos da ANMP, podem inscrever-se como delegados de cada município associado um Presidente de Junta de Freguesia e um seu substituto (também Presidente de Junta de Freguesia), ambos eleitos pela Assembleia Municipal, tendo em vista a representação



das juntas de freguesia deste Município no referido Congresso. -----  
Informou que deu entrada na Mesa uma única proposta, do seguinte teor: -  
“O Grupo Municipal do PSD, vem pelo presente e de seguida, apresentar  
como candidato a estar presente no XXVI Congresso da Associação  
Nacional de Municípios Portugueses: -----  
Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas: André Filipe  
Ramalho Vivas da Rocha, -----  
Substituto – Presidente de Junta de Freguesia de Escapães: Minervina  
Ferreira da Silva Rocha. -----  
Pelo que desde já se requer, nos termos da ordem do dia, seja a lista  
supraindicada sujeita a escrutínio secreto.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse querer dar  
nota de uma situação que tem vindo a ocorrer nesta Assembleia,  
comentando que, se as pessoas querem ser democratas para uma coisa,  
devem ser democratas para tudo. Referiu que o grupo municipal do PS  
subscrive as palavras ditas pela Sra. Presidente da Assembleia de que,  
efetivamente, existem assuntos em que o partido fica muito abaixo do  
interesse dos feirenses, acrescentando que o ponto em apreço lhe parece  
ser um desses casos.-----  
Salientou que a Assembleia tem que eleger dois presidentes de junta, um  
efetivo e um suplente, para representar o Município no congresso da  
ANMP, ora, para além dos presidentes de junta eleitos pelo PSD, existem  
presidentes de junta eleitos pelo PS e um Independente, acrescentando  
que, nestes momentos, a Assembleia podia dar um sinal diferente e  
apresentar, para além de um presidente de junta de freguesia do PSD,  
outros, de partidos que também representam o Concelho e não podem ficar  
sempre prejudicados só porque o partido que representaram nas eleições,  
nas suas freguesias, não tem a maioria nesta Assembleia Municipal. -----  
Concluindo reforçou que, efetivamente, há assuntos em que o partido fica



*Ina Cunha*

muito longe da vontade dos feirenses. -----  
-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** fez notar que, da sua parte, procurará que, em próximas situações, tais matérias sejam debatidas pela Comissão Permanente, para, em conjunto, se decidir o melhor proceder. -----

De seguida, submetida a votação, por escrutínio secreto, a lista apresentada, apurou-se o seguinte resultado: -----

- 32 votos a favor, -----

- 1 voto contra,-----

- 19 votos em branco.-----

Por conseguinte, foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas: André Filipe Ramalho Vivas da Rocha, para representar as Juntas de Freguesia do Município no congresso em referência, tendo sido eleita, como suplente, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Escapães: Minervina Ferreira da Silva Rocha. -----  
-----

*Entrou o membro Carlos Seixas.*-----  
-----

**4 – Ata N.º 13 – Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na sua votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 39 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros João Cunha, Eva Costa, Rui Ribeiro, Ana Patrícia Cunha, Lécio Dias, Cláudio Costa, Pedro Silva Martins, Armando Teixeira, José Carlos Silva, Nuno Albergaria, José Baptista Martins, David Neves, Alberto Tavares e Francisco Andrade.-----  
-----





Sairam os membros *Jorge Manuel Silva, José Castro, Rui Ribeiro e Ana Lamas.*-----

**5 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --**

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara, registado sob o n.º 14.690, em 14/09/2023, relativo ao IV Relatório de 2023, anexo que sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS) que, aludindo à listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados que consta do documento, disse nela existir uma rubrica relativa à aquisição e instalação de 12 parques, questionando qual o tipo localização dos mesmos.-----  
Referiu que outra rubrica diz respeito à requalificação de campo de futebol de Rio Meão, questionando se o contrato desta requalificação está integrado nas medidas de apoio ao desporto que o Município disponibiliza.-  
Concluindo, disse querer deixar uma sugestão, a qual passaria pela indicação, na listagem em referência, das freguesias onde as obras estão a ser implementadas, informação essa que facilitaria o trabalho dos membros desta Assembleia. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse também querer solicitar esclarecimentos sobre alguns dos elementos que constam da listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados.-----  
Referiu que uma das rubricas diz respeito ao outsourcing de serviços técnicos de informática, para um técnico de Helpdesk, perguntando qual o enquadramento deste serviço, se é pontual ou se é constante.-----  
Disse que a sua outra questão é sobre a rubrica para a aquisição de



  
Ana Cunha

software de prescrição eletrónica e software de processo clínico e social, perguntando se tal aquisição foi contratualizada para alguma unidade do Serviço Nacional de Saúde. Referiu que, existe, de facto, um problema no Serviço Nacional de Saúde relativamente à interoperabilidade dos diferentes softwares, pois os softwares que são adquiridos pelas diferentes unidades são de diferentes empresas, que encriptam os dados, não permitindo a comunicação entre eles, comentando, que a saúde digital verdadeiramente não existe. Terminou, reiterando a questão de a aquisição se destinar a alguma unidade do Serviço Nacional de Saúde e, se sim, se foi garantida esta matéria da interoperabilidade entre os softwares, com vista a favorecer a comunicação e a criação de uma verdadeira saúde digital. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos, e começando por aludir à questão colocada sobre o outsourcing de serviços técnicos de informática, um técnico de Helpdesk, disse que a Câmara teve de contratar este serviço e que surgirão mais contratações nesta área, dada a dificuldade de recrutamento deste tipo de profissionais e da grande de probabilidade de os concursos ficarem desertos porque os salários não são competitivos. -----

Sobre os parques disse tratarem-se de parques infantis que foram instalados em escolas. -----

Quanto à requalificação de um campo de futebol, em Rio Meão, informou que o campo de futebol é propriedade do Município e que foi alvo de uma pequena obra de requalificação. -----

Em relação à aquisição de software explicou ser um software que a Câmara adquiriu para a sua Divisão Social, financiado por fundos comunitários na sequência de uma candidatura feita no âmbito das comunidades desfavorecidas. -----

Informou, a propósito do assunto, que o Município está a participar num

---



Ina Cereola

processo no âmbito da saúde preventiva, junto com um professor da Universidade do Minho e em parceria com o Health Cluster Portugal, em que participa num estudo e financia o desenvolvimento de um software inovador destinado a estabelecer uma relação direta da pessoa com o seu médico de família, com a monitorização periódica dos dados de saúde e intervenção, em caso de necessidade. Acredita que este processo venha a ser um sucesso, expandindo-se a todo o país, acrescentando, em jeito de brincadeira, que deseja, num futuro não muito distante, que a prescrição médica seja uma caminhada ou uma alimentação mais saudável. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.-----

**6 – 4.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de setembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD:28, PS:16, IL, IND) e 3 abstenções (BE, CDS-PP, CH), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) fez a seguinte declaração de voto: -----



João Cunha

“Votamos a favor, porque, obviamente, a incorporação em receita de uma transferência do Estado, não podemos ser contra. Mas pedíamos que, em próximas situações deste género, quando são as alterações, o próprio documento da proposta explique melhor qual é a aplicação destes recursos, porque, na prática, fala que foi aplicado no plano de atividades municipal e no plano plurianual de investimentos e, depois, tem um quadro em anexo que tem uma leitura muito difícil. Mesmo na impressão é muito difícil ler, e não custava muito, no próprio texto da proposta, explicar qual foi a opção que houve na aplicação destes recursos. Era só isso.”-----

Reentraram os membros *Jorge Manuel Silva, José Castro, Rui Ribeiro e Ana Lamas.*-----

**7 – Fixação da Derrama para o ano de 2024 (rendimento gerado em 2023)**-----

**8 – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – a cobrar em 2024 - Ano de imposto 2023**-----

**9 – Fixação da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2024**-----

**10 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2024**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 11 de setembro de 2023 e restante documentação que as acompanha – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal.-----

  
Ana Cunha



Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“No ponto do IMI, em 2024 a taxa deveria reduzir passando de 0,365% para 0,30%, que é o mínimo permitido para os municípios, senão vejamos: Como é sabido, o BCE aumentou em 25 pontos a sua taxa de juro para 4%. Com isto a Euribor a 12m já passou os 4%, e o BCE não se deixou ficar, afirmando que em julho iria ter novo aumento e que possivelmente ainda podem existir mais aumentos no futuro. Aos dias de hoje estamos com a taxa a 4,25% com tendência de uma subida para os 4,5%. -----

Se recuarmos na história, em 2008 as taxas chegaram a 5,4%, parece que sendo esta a última recessão que houve tendo sido bastante impactante na economia. -----

Pensamos nós que o município, uma vez que tem as contas em dia, que a construção continua em velocidade cruzeiro não se vislumbrando abrandamento na mesma e que apesar da diminuição dos impostos municipais, a Câmara de Santa Maria da Feira continuará com as contas municipais equilibradas e a ter recursos para responder às necessidades das pessoas e do território, por exemplo, através do amplo conjunto de apoio sociais municipais. -----

Sendo o órgão que tem autoridade para decidir os valores das taxas e devido à situação socioeconómica em que se vive nos dias de hoje, num período de grande crise económica e social, o município deveria ajudar os seus munícipes não metendo a mão no bolso das famílias que aqui residem. -----

Tudo sobe, desde a despesa do supermercado, a fatura da luz, dos combustíveis, tornando incomportável viver em condições condignas em Santa Maria da Feira. -----

Por estes motivos vamos votar contra. -----

Já a taxa de Derrama somos do entendimento de que para as empresas



*Inês Curado*

que não ultrapassem um volume de negócios superior a 150 mil euros, a taxa deveria ser alterada para os 0,50%. 0,50% que em termos globais não interfere, reformulando, não tem expressão nas receitas finais da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. -----

Uma vez que uma das grandes bandeiras é a captação de cada vez mais e mais tecido industrial para o Lusopark, PERM, etc., e como foi mencionado várias vezes pelo Sr. Presidente nesta casa, de que “pagamos demasiados impostos e existem condições para os reduzir”, pensamos nós esta a oportunidade de fazer jus às suas palavras, poder-se-ia isentar do pagamento de taxas, só nos dois primeiros anos, só as novas empresas que se instalem em Santa Maria da Feira e que tenham sede no concelho, e que criem emprego no município.-----

Também vamos votar contra.-----

Participação variável no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para os rendimentos de 2024, vamos votar contra pois somos da opinião de que a realidade é que estamos dia para dia a perder poder de compra, a inflação cresce diariamente e não achamos justo sacrificar com esta taxa as pessoas deste concelho. -----

Votamos contra. -----

Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), votamos a favor.” -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer que a democracia também se faz de rituais, referindo que o BE tem o ritual de, em cada sessão desta Assembleia Municipal, repetir a proposta sobre a tarifa social da água, que a Câmara se habituou ao ritual de propor sempre as taxas máximas dos impostos municipais, e assim sendo, a IL já continua com ritual de solicitar a redução das taxas dos impostos. -----

Salientou que a IL, nestes últimos dois anos, acredita que, num contexto de crise que, entretanto, se agravou, quer para as famílias quer para as empresas, os municípios deviam dar o exemplo de contenção nos gastos,



deixando o dinheiro no bolso das pessoas, que dele tanto precisam, não o retirando delas para o depositar no banco, numa conta à ordem, à espera que ocorram os investimentos.-----

Referiu que, tendo Portugal um sistema fiscal muito centralista, os municípios têm pouca intervenção, tendo o próprio Presidente da Câmara concordado com isso, mas, na intervenção que a Câmara faz, também não dá o exemplo de fazer, diferente, do Estado Central.-----

Realçou que, no caso da derrama, a IL mantem a proposta que fez nos anos anteriores no sentido de reduzir a taxa de 1,5% para 1% e isentar as empresas que não ultrapassem um volume de negócios de 150 mil euros.--

Em relação ao IMI disse que a IL defende a redução para a taxa mínima de 0,3%, e, também, a aplicação das reduções que o próprio Código do IMI prevê.-----

Referiu que, uma vez que os municípios ainda estão a decidir as taxas a aplicar em 2024, comparou as taxas de IMI aplicadas, em 2023, pelos 25 municípios da escala do de Santa Maria da Feira, com mais de 100 mil habitantes, e constatou que só 5 têm taxas mais altas, nomeadamente Gondomar, com 0,4%; Setúbal, com 0,4%; Vila Nova de Gaia, com 0,38%; Matosinhos, com 0,375%; Loures, com 0,367%, por comparação com Santa Maria da Feira com a taxa de 0,365%. Fez notar que, destes 5 Municípios, 4 são do PS e 1 da CDU, pelo que poderia dizer que o Sr. Presidente da Câmara é o mais socialista dos presidentes de Câmara do PSD do País.-----

Quanto à participação no IRS afirmou que a situação é igual, pois a Câmara propõe a aplicação da taxa máxima, de 5%. Acredita que a diferença não impacta muito os bolsos do Município, mas que impacta os bolsos das empresas, pelo que a redução seria um sinal a dar ao setor empresarial. Comentou que não é feito nenhum esforço para atrair empresas para o Concelho, apesar de se dizer o contrário, e de se fazerem atividades nesse sentido, pelo que, existe uma contradição. Fazendo novo



João Cunha

exercício de comparação com os municípios com mais de 100 mil habitantes, no respeitante ao IRS, aludiu a Almada com a taxa de 3,5%, Amadora com 3,8%, Barcelos com 4,75%, acrescentando que, existem Câmaras do PSD que aplicam taxas inferiores, na ordem dos 3,25%, e que Lisboa aplica 1,5%, mais uma vez, em Santa Maria da Feira não se está a cumprir aquilo que o partido diz. -----

Referiu que, na Assembleia da República, na abertura do debate pedido pelo próprio PSD, e citando a imprensa nacional, o líder do grupo parlamentar do PSD enumerou as marcas de empobrecimento e chamou a atenção para a esmagadora carga fiscal do país, dizendo que, perante o esbulho fiscal, aquele debate era a derradeira oportunidade para a maioria socialista dizer ao país se queria ou não baixar impostos, frisando que o PSD tinha uma alternativa diferente, propondo a baixa de impostos.-----

Concluindo, disse que a IL pede ao Sr. Presidente da Câmara que cumpra, em Santa Maria da Feira, aquilo que o Emídio Sousa, líder de uma distrital do PSD, defende a nível nacional, reforçando que queria que o Sr. Presidente da Câmara fosse, o mesmo Emídio Sousa, que é, como líder partidário.-----

-----  
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que, apesar dos tempos serem de aperto para todos, o Município tem as contas controladas e, face ao desenvolvimento do Concelho, tem tido um aumento da receita nos impostos, acrescentando que o Sr. Presidente da Câmara até começou bem o mandato, baixando em algumas décimas os impostos, dando um sinal de que iria entrar por esse caminho. -----

Referiu que, havendo uma situação crítica a nível social, todos os impostos são bem-vindos para encher os cofres do Município, e bem sabendo que o dinheiro é preciso para as muitas obras, quem tem o poder de decidir, podia dar um sinal diferente. Continuou dizendo que é fácil afirmar que se quer baixar os impostos com esta carga fiscal gigantesca, mas, quando há

---





a possibilidade de dar esse sinal, às empresas e às famílias, mantêm-se os impostos e adia-se o sinal para o ano seguinte.-----

Lamentou que a liderança seja feita em função de números, e não em função das pessoas, reforçando que se avizinham tempos mais complicados, pelo que o Município deve estar alerta, não atribuindo subsídios, mas criando condições para que as pessoas deles não necessitem. Concluindo disse que, pelo exposto, iria votar contra.-----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por dizer que a última redução da taxa de IMI ocorreu em 2019-2020, salientando que, no atual mandato, a taxa de IMI é fixada sempre no mesmo valor, valor de 0,365%. - Referiu, sobre os pontos em discussão, que a linha seguida pelo executivo municipal é a mesma dos anos anteriores, onde os impostos municipais se definem de forma simplificada. Deu nota que, se quanto à TMDP e à fixação da participação no IRS, o BE está de acordo, já não está de acordo com a proposta da Câmara quanto ao IMI. Disse, ainda, que apesar de entender, e votar favoravelmente a proposta sobre a derrama, também reitera o que sempre disse sobre a mesma, ou seja, que seja dotada de uma perspetiva de incentivo às empresas, para a promoção de boas práticas laborais e ambientais, pois existem mecanismos legais para isso.-----  
Disse, relativamente ao IMI, que para além de se tratar de uma proposta, que não baixa, pela quarta vez consecutiva, a carga fiscal, é parca no contexto da atual conjuntura habitacional do Município, a qual é comum a todo o País. Referiu que a realidade indica que as receitas com este imposto aumentam de forma significativa de ano para ano, pelo que, no entendimento do BE, haveria espaço para um alívio fiscal com impacto no quotidiano das famílias. Acrescentou que a proposta é insuficiente porque continua a não aplicar uma série de mecanismos previstos no próprio Código do IMI, como, por exemplo, a majoração para prédios devolutos e degradados, realçando que esta medida poderia, por exemplo, incentivar a

---



Ina Correia

reabilitação do prédio ou a inclusão do mesmo no mercado de arrendamento. Um outro mecanismo poderia ser a utilização da majoração do imposto para imóveis que não constituem habitação própria e permanente, a qual, não estando previsto atualmente no Código do IMI, poderia constituir uma manifestação de intenção para que a lei fosse alterada neste sentido, o que seria de saudar. Realçou que outra medida seria a minoração de 20% nos imóveis inseridos no mercado de arrendamento de longa duração, mecanismo já contemplado no citado Código. Referiu que para o BE, é fundamental que a proposta de IMI a cobrar seja acompanhada de uma projeção das receitas a obter, para se avaliar da adequação da cobrança face ao plano de investimentos municipais. -----

Reforçou, quanto à derrama, que o BE vota favoravelmente a proposta do Executivo, pois, sendo um imposto que incide sobre os lucros, considera adequada a proposta da redução da taxa em 0,5% para empresas com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros, tal como previsto na Lei. Disse que, contudo, o BE considera que este imposto também pode ser entendido como uma ferramenta de incentivo às empresas que oferecem postos de trabalho fixos e bons salários. Salientou que a Lei das Finanças Locais prevê que a derrama possa ser ajustada tendo em conta alguns fatores, nomeadamente, o volume de negócios, que é o mecanismo adotado pelo executivo municipal, mas que o setor de atividade onde a empresa opera e a capacidade de atração de emprego também são fatores a ponderar e usar. Realçou que, para que tal possa ser implementado, o Executivo tem que submeter a esta Assembleia Municipal um regulamento contendo os critérios e as condições para o reconhecimento destas isenções, sejam elas totais ou parciais. Acrescentou que tais mecanismos oferecem uma oportunidade de promover a atração de empresas que, por exemplo, sejam amigas do ambiente, em setores estratégicos para o desenvolvimento, e, já agora, que também promovam boas práticas



Ana Cunha



laborais, através da minoração da derrama com base em critérios associados, por exemplo, à pegada ambiental ou ao tipo de contratos.-----  
Concluindo, disse que o BE considera que esta seria uma boa forma de definir que tipo de empresas se pretende atrair para Santa Maria da Feira, pelo que, apesar de votar favoravelmente esta proposta, deixa este repto ao Executivo.-----

-----  
Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“A minha intervenção vai seguir a linha de 2 dos 4 intervenientes passados, porque a dada altura, de facto, parece existir aqui uma lógica semelhante àquela rábula da Olívia patroa e da Olívia empregada. É uma rábula em que a Olívia, quando era patroa, nessa posição, mandava, impunha e ameaçava com punições, mas quando era empregada, nessa outra posição, reivindicada direitos e justificações para não cumprir as ordens recebidas.-----

A dada altura, parece-me que é isto o que se passa um pouco aqui, o Dr. Emídio Sousa no papel de comentador político e líder distrital do PSD critica a carga fiscal elevada e a avidez do Estado em obter mais receitas. O Dr. Emídio enquanto presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira mantém os impostos municipais desnecessariamente elevados, apenas para seguir um princípio de cautela e prudência, que defende para si, mas que rejeita para os outros. Portanto, a Olívia patroa e a Olívia empregada.-----

Escrevia a 24 de setembro de 2018 no Jornal de Negócios: ‘sempre que um imóvel é transacionado, o seu preço dispara por causa do Estado e da sua sempre tremenda carga fiscal’. Escrevia a 13 de novembro de 2020 no Jornal de Notícias: ‘querem uma sociedade e uma economia mais sustentável? Então a solução não é taxar e carregar de impostos famílias e empresas, mas sim investir na investigação científica, na inovação e no

---



*Ina Cunha*

empreendedorismo, na procura de melhores soluções'. Não diria melhor, 'com um socialismo totalitário sempre sôfrego de receitas para satisfazer as várias clientelas, chegou o tempo de nos questionarmos para onde é que vai o nosso dinheiro'. -----

Na cerimónia do 39.º aniversário dos trabalhadores sociais-democratas, ainda este ano, apelidava a carga fiscal de a maior de sempre, em que 50% do que ganhamos ou produzimos é para o Estado. Diga-se, em abono da verdade, este número que apresentou não é correto. Isto não é uma matéria de opinião, é uma matéria de facto. -----

A 26 de abril deste ano, no Observador, voltava a referir que é inaceitável termos esta carga fiscal, a maior de sempre em percentagem do PIB. E, na sessão solene do 25 de Abril, a certa altura, insistia: 'não podemos continuar a aceitar uma carga fiscal incomportável e incompreensível, portanto, o Estado português, com uma incomparável panóplia de obrigações e responsabilidades perante a nação, tem impostos elevados e devia baixá-los já'. -----

E baixá-los já, numa situação em que contas certas não significa ainda excedente orçamental. Aqui não há lugar a prudência nem a cautela, mas, em Santa Maria da Feira, com a dívida municipal nominal em queda e com excedentes de execução orçamental persistentes, mantemos os impostos municipais no mesmo patamar e comparativamente mais elevados do que os nossos congéneres. Aqui já há lugar à prudência e cautela, ou seja, a rábula da Olívia patroa e da Olívia empregada. -----

Portanto, Sr. Presidente, explique-nos com a maior clareza possível. -----

Porque é que nós estamos a insistir em manter a taxa de derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros no 1%? -----

Já percebemos no ano passado, e no ano anterior a esse, que é uma receita na casa dos 150/160 mil euros, é absolutamente incipiente num orçamento de mais de 70 milhões de euros. Qual é o racional subjacente a isto? Para que é que estamos a cobrar 150 a 160 mil euros a estas



Ana Cunha



empresas quando os benefícios reputacionais, conforme referiu o vereador Sérgio Cirino na última reunião de Câmara, são muito superiores? Os senhores compraram um bloco de granito por 54 mil euros, qual é o problema de abdicar de 150 mil euros? Não se compreende.-----  
Em relação à taxa de IMI, muito bem, não quer seguir a proposta do PS e reduzir 0,015 pontos percentuais, para 0,35%. Então, mas porque é que não segue uma lógica de dar uma função social aos impostos municipais e tributar de forma agravada os imóveis devolutos? O senhor escrevia no Correio da Feira, deu entrevista no Correio da Feira, dizendo: 'para resolvermos o problema da habitação em Santa Maria da Feira precisamos de mil casas'. Sabe quantos imóveis devolutos existem em Santa Maria da Feira? 4003 imóveis devolutos. Imóveis que não são nem primeira habitação nem segunda, são imóveis que estão literalmente ao deus-dará, sem qualquer função. Quer mil imóveis? 25% deles estão aqui. Nós temos algumas freguesias, como a União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, que tem 12% do parque habitacional neste estado.-----  
Portanto, Sr. Presidente, tem aqui uma ferramenta, use-a, ajude a ser uma solução para este problema, que é gritante, é gravoso. -----  
Em relação à participação no IRS, não há muito mais a dizer, nós já temos, digamos assim, doutrina política firmada sobre isto. O imposto não pode ser escalonado de maneira diferente em função do escalão de rendimentos, e, portanto, se fizéssemos um corte transversal, estávamos a prejudicar a progressividade do imposto, e nós não concordamos com isso. E, portanto, vamo-nos abster nesse ponto e votar contra os outros." -----

-----  
Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que começou por dizer que todos querem baixar os impostos, que o grupo municipal do PSD também o quer, e que julga que a Câmara partilhará da mesma opinião, referindo que a diferença entre o PSD e os partidos da Oposição, é que o PSD considera que o atual nível de impostos é o necessário para a Câmara Municipal

---



---

conseguir continuar a prestar o serviço público que presta e a realizar o investimento público que realiza.-----

Disse achar que a dicotomia usada, do facto do presidente da Câmara ser presidente da estrutura distrital do PSD, não foi muito feliz, uma vez que isso se aplica a qualquer deputado municipal do PSD que seja militante. Referiu que há uma diferença muito grande entre o que o PSD defende, a nível nacional, e o que os partidos da Oposição estão a defender, a nível local, salientando que, a nível nacional, o PSD fez as contas, e, por causa do IVA, imposto não municipal, há um excedente e que o Governo vai conseguir cobrar, até ao final do ano, de 2,3 a 2,5 mil milhões de euros.-----

Fez notar que o PSD apresentou uma proposta para reduzir os impostos, cujos cálculos, que podem ser consultados no documento que é público, iriam reduzir a receita do Estado em 1,2 mil milhões de euros, mas os partidos da Oposição vêm a esta Assembleia fazer o exercício fácil de dizer que querem baixar impostos, mas sem oferecerem alternativa a essa redução, nem indicarem que investimentos querem ver cortados.-----

Sobre o alegado excedente detido pelo Município, informou que o mesmo respeito a despesas de capital e a verbas cativas, realçando que esta questão já foi bem explicada. Disse que este tipo de oposição, de dizer que se quer baixar os impostos sem grande fundamentação, nada acrescenta à discussão política e pública, reforçando que, nesse sentido, o PSD continua a achar que o nível proposto de impostos, é o adequado para o nível de serviço público e de investimento público da Câmara.-----

Fez ainda notar que a política fiscal, apesar de ter uma componente municipal, é sobretudo uma medida nacional que deve ser levada a cabo pelo Governo da Nação, que é do PS, mas que este vai flutuando como as marés, não se sabendo se os impostos descem ou não, dado que, até ao momento, nada foi anunciado e, no caso do ISP, por exemplo, continua a cobrar-se uma taxa ridícula. -----

Disse que a competitividade fiscal do Município tem sido muito falada, em

---



Inês Cunha



termos das empresas e das pessoas, mas que há uma teoria muito discutida, a teoria de votar com os pés, que diz que, quando as pessoas estão insatisfeitas, saem dos municípios em que estão e vão para outros onde o binómio impostos-serviço público é melhor. Realçou que Santa Maria da Feira tem recebido quer empresas quer de pessoas, pelo que a ideia que foi transmitida pela Oposição não é, manifestamente, verdadeira. Concluindo, salientou que os impostos aplicados pelo Município não estão no máximo, muito pelo contrário, por comparação do IMI aplicado na Área Metropolitana do Porto, área onde Santa Maria da Feira compete, verifica que Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Valongo, Santo Tirso e Trofa têm taxas mais altas.-----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse querer responder ao membro Carlos Seixas, quando este afirma que as posições da Oposição não têm grande fundamentação, pois também não encontrou grande fundamentação quantitativa na fixação dos impostos propostos pela Câmara. Fez notar que pediu uma projeção da receita arrecadada com o IMI, assim como pediu uma previsão da utilização dessa receita, pelo que, se o BE não tem grande fundamentação, é porque a matéria-prima também não é muito fundamentada. -----

No que concerne à aplicação de uma taxa flat a todos os feirenses, referiu que, se for bem aplicada, pode nem mexer com a receita, salientando que, quando o BE propõe uma majoração do imposto para as casas devolutas, propõe, em simultâneo, uma minoração para as casas inseridas no mercado de arrendamento. Reforçou que, com um exercício equilibrado, se pode criar a mesma receita, introduzindo alguma justiça fiscal e incentivo à resolução do problema habitacional do Município.-----

Concluindo, disse que subir um imposto da casa devoluta, e baixar um imposto da casa inserida no mercado de arrendamento, é um incentivo para que a casa deixe de ser devoluta, pelo que, tal pode não impactar na

---



João Cunha

receita e trazer dinamismo ao mercado da habitação. -----

-----  
Interveio novamente o membro **Carlos Seixas** (PSD) que fez notar que não consegue responder a todos os partidos da Oposição ao mesmo tempo, pelo que, na sua intervenção anterior, fez uma análise geral da maior parte das observações feitas por esses mesmos partidos. Assim, disse não perceber porque é que o Tiago Paiva se sentiu visado, até porque considera que a intervenção do mesmo foi das mais construtivas. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que é preciso compreender o que é o equilíbrio financeiro de uma Câmara e no enquadramento legal de um conjunto de receitas, as quais assentam: no IMI, na derrama e numa pequena participação no IRS, dado que 95% deste é para o Estado Central e só até 5% para os municípios, podendo estes optar por uma participação inferior. -----

Salientou que, por isso, o Município não pode mexer, levemente, na estrutura da sua receita, sob pena de por em causa o equilíbrio das contas, comentando que em todas as sessões desta Assembleia vê pedidos que implicam despesa e que é preciso ter receita para dar a devida resposta. Realçou que a gestão de uma Câmara é igual à que é feita pelas pessoas, comentando que quem tem um salário de 100, não pode gastar 200, nem abdicar de 10 ou estragar 10, acrescentando que todos se devem orgulhar por Santa Maria da Feira ter as contas equilibradas e, ainda, por ser o 2º classificado a nível nacional, de entre os municípios de grande dimensão, no respeitante à eficiência financeira. -----

Referiu que não são só as famílias que sentem o efeito da inflação, o aumento do preço dos combustíveis, dos alimentos, da energia, pois a Câmara também é atingida por esses mesmos fatores, acrescentando que a receita do IMI está a descer porque o valor dos imóveis, nas Finanças, não

---





Ana Cunha

altera, por vezes, até desvaloriza. Salientou que outra coisa é o IRS, o IVA e o ISP, que são impostos que têm uma estrutura diferente. -----

Sobre ter sido chamado de socialista, disse que esperava muita coisa, menos essa, realçando que ter uma estrutura equilibrada de gestão não é uma questão de ser socialista ou não, realçando que os impostos existem porque as pessoas querem respostas do Estado, no tratamento da saúde, nas pensões, na educação gratuita, entre outras matérias.-----

Referiu que ser crítico deste Estado, pois considera que o país tem a maior carga fiscal de sempre, assim como entende, existir muita incompetência na gestão dos serviços públicos, comentando não ser, por acaso, que a saúde está a ser destruída, que a escola está permanentemente em greve, que na polícia está tudo descontente, em suma, não é o acaso, é a incompetência.-----

Disse que é preciso exigir dos governantes, seja de que partido forem, que façam boa gestão dos impostos, e não se limitem a deitar dinheiro para cima dos problemas, reforçando que se o Estado fosse mais competente, com pessoas competentes, com dirigentes competentes, os portugueses podiam ter uma carga fiscal mais baixa e, pagando menos impostos, teriam mais oportunidade de poupar ou de investir. Razão pela qual não é socialista, porque o socialismo assenta muito na estatização, na visão de uma pessoa, de um grupo que manda na vida das pessoas, frisando que acredita muito mais, no ser humano, em todos a criar todos os dias, a inventar coisas, comentando que acredita que a humanidade é muito mais forte dessa forma, do que quando aparece um Putin ou um Hitler a ordenar como fazer. -----

Concluindo referiu que, quando há um excesso de Estado, um Estado a querer dizer tudo o que se deve fazer, como educar os filhos, a liberdade perde-se, reforçando que quer o Estado para fazer algumas coisas, mas de um modo diferente e muito mais eficiente.-----

-----



Inês Cunha

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

*7 – Fixação da Derrama para o ano de 2024 (rendimento gerado em 2023)---*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:32, BE, PS:1 – Rui Alves Rios), 16 votos contra (PS:12, CDS-PP, IL, CH, IND) e 3 abstenções (PS – Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade), autorizar a Câmara Municipal a lançar uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. -----

Deliberou, também, sob proposta da Câmara Municipal, lançar uma taxa reduzida de derrama de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €.-----

*8 – Fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – a cobrar em 2024 - Ano de imposto 2023-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:32, PS:1 – Rui Alves Rios), 19 votos contra (PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (PS – Francisco Andrade), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios urbanos em 0,365%. -----

Deliberou, também, minorar em 30% (máximo legalmente previsto) a taxa de IMI que vigorar, para os prédios situados na zona delimitada no mapa que instrui o processo e que corresponde à área situada a menos de 1200 metros dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali desenvolvida, que se assume como fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que, por força da sua



localização geográfica, bem como da sua matriz eminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do Concelho.-----

Deliberou, ainda, fixar uma redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos seguintes termos: --

1 dependente: 20,00 €;-----

2 dependentes: 40,00 €;-----

3 ou mais dependentes: 70,00 €.-----

-----  
*9 – Fixação da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos, relativa aos rendimentos do ano de 2024*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:32, BE, PS:1 – Rui Alves Rios), 3 votos contra (CDS-PP, IL, CH) e 16 abstenções (PS:15, IND), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, em 5% a participação do Município sobre o IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal na respetiva circunscrição territorial.-----

-----  
*10 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2024*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:32, PS:16, BE, CDS-PP, CH, IND) e 1 abstenção (IL), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.-----

-----  
**11 – Linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa – Fase 1 - Parecer da Comissão de Avaliação no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental e Emissão do Título Único Ambiental**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de setembro de 2023 e restante documentação que a acompanha --



João Cunha

oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do assunto em referência. -----

**12 - Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA**-----


**- Relatório e Contas relativo ao ano de 2022** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 14 de agosto de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por referir que é uma responsabilidade de todos assumir o tema do Ambiente como uma emergência, e que não basta afirmar que se está apaixonado pelo tema.-----

Disse perceber a dificuldade da Suldouro e o papel de cada um nas metas a alcançar, e que a Administração Central ainda não cumpriu o que já deveria ter feito, ressaltando que compete a todos continuar a acompanhar e a pressionar, porque está em causa o futuro das próximas gerações, uma vez que não há garantias de que se vai deixar ficar um lugar melhor do que aquele que se encontrou.-----

Salientou que os Vereadores do PS, representados pelo Vereador Sérgio Cirino, apresentaram, na reunião de Câmara, várias sugestões no âmbito do assunto, e que o Sr. Vice-Presidente da Câmara disse que as iria fazer chegar ao representante do Município na Suldouro. Referiu que o grupo

  
Ana Correia



municipal do PS gostava que esta Assembleia Municipal, tendo em conta a importância do tema do Ambiente, pudesse acompanhar mais de perto o assunto, sugerindo a realização de uma visita à Suldouro ou que esse representante venha, a esta Assembleia, explicar melhor quais as metas e que caminho está a Suldouro a percorrer. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, considerando boa a sugestão dada pela Susana Correia, respondeu que o melhor será efetuar uma visita às instalações da Suldouro para avaliar o serviço prestado. Referiu que o Município tem a sorte de trabalhar com a Suldouro porque esta é, talvez, a melhor empresa do país na relação preço-qualidade, dando nota que a empresa Lipor tem mais serviços, mas aplica tarifas brutais. ---- Disse que a política fiscal do Estado Central, em relação aos lixos, vai ser terrível para o Município, o que o deixa preocupado, explicando que o aumento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) é assustador, pois começou por ser, no tempo da troika, de 2,5 € /tonelada, ou algo assim, é já vai em 25 €/tonelada, com tendência a duplicar. Fez notar que custa tanto a taxa do Estado, como o custo do tratamento por tonelada, comentando que esta situação, assim como a Taxa de Carbono, nova figura a criar para cobrar impostos, vai dar cabo das contas dos municípios. -----

Concluindo, disse concordar completamente que é preciso prestar uma atenção muito especial a esta matéria, e que aproveitava para desafiar todos os presentes a participarem na iniciativa a prevista para o dia 23 de setembro, a partir das 8H30, que visa proceder à limpeza dos rios e da floresta do Concelho.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento do assunto em referência. -----



João Cunha

**13 – Concessionária Indaqua Feira, SA -----**  
**- Relatório e Contas relativo ao ano de 2022 -----**  
**- Relatório de Exploração do ano 2022 -----**  
**- Atas de reuniões do Conselho de Administração da Assembleia Geral e certidão atualizada da conservatória do registo comercial-----**

**14 – Relatório anual de 2022 da Comissão de Acompanhamento da Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento---**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 31 de julho de 2023 e restante documentação que as acompanha – documentos oportunamente disponibilizados aos membros desta Assembleia Municipal.-----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que disse querer dar três notas sobre os pontos em apreço, e que a primeira é a constatação de que se juntar os mais de 40 anos de incompetência de um executivo municipal no desenvolvimento de uma rede de abastecimento de água e saneamento, a canalização de milhões de euros em fundos comunitários para a Indaqua, a cedência à Indaqua da exploração de um bem público, universal e de primeira necessidade, sem concorrência e num contrato de longa duração, alguma conivência com a cobrança coerciva de taxas de ligação a ramal e a passividade com a cobrança de uma das taxas de serviço mais caras do país, que prejudica os feirenses, no final, a Indaqua dá lucro. Referiu que a segunda nota tem que ver com a efeméride de, nestes dois documentos em discussão, ter um relatório da Comissão de Acompanhamento da Concessão de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento que não menciona os constrangimentos e problemas da concessão identificados

---



Ana Luísa

pela própria Indaqua. Concluindo, salientou que a terceira nota é para dizer que não restam dúvidas de que este negócio não serve os interesses dos feirenses.-----

-----  
Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Os relatórios que agora nos são apresentados vão ao encontro do discurso da Câmara, que vem insistindo na ideia de que tudo, ou quase tudo, parece perfeito neste casamento com a concessionária responsável pelo abastecimento de água e de saneamento no Concelho.-----

Todavia, a realidade, para nós, é completamente diferente, é outra realidade do que aquela que a Câmara e a concessionária apresentam. Mais relatório, menos relatório, mais comissão de acompanhamento, menos comissão de acompanhamento, a verdade é que continua a não existir uma verdadeira perspetiva de futuro para este modelo de exploração e gestão de água e de saneamento.-----

A preocupação dominante de todos os envolvidos, isto é, a Câmara e a concessionária, tem sido, e continua a ser, que a empresa garanta os seus lucros, custe o que custar e a quem custar. Claro que não estamos aqui a ignorar a importância do equilíbrio económico-financeiro da concessionária. Não deve, nem pode, é a sustentabilidade da empresa ser o fim último do casamento e de todo o debate que existe à volta dele.-----

Não se fala de mais nada de grande interesse para os feirenses. Vejamos vários exemplos. Pouco ou nada se vislumbra, desde logo, se o contrato de concessão na sua versão, digamos, atualizada, e que prevê um consumo de água excessiva em divergência com a realidade atual, nos vai levar a uma nova e futura renegociação com prejuízo claro para os munícipes, uma vez mais.-----

Pouco ou nada se vislumbra, também, sobre a legalidade da duvidosa cobrança do tarifário médio, tanto na sua aplicação como na forma de

---



Ina Cunha

cobrança, por parte de uma empresa concessionária que exerce, por um lado, em regime de monopólio, a sua atividade, e, por outro, numa clara posição de força face aos clientes e até, imagine-se, face diante da própria concedente. Mais não fosse, este seria motivo, por si só, para nos empenharmos numa reflexão sobre o que queremos, e bastante indicativo de que não está tudo bem, como nos querem fazer crer. -----

Pouco ou nada se vislumbra em matéria de responsabilidade social por parte da concessionária e a proatividade que esta deve mostrar nesse sentido, conforme, aliás, contemplada neste último aditamento ao contrato de concessão. -----

Finalmente, pouco ou nada se vislumbra, também, sobre a implementação automática da água para dar apoio às famílias mais carenciadas, tema trazido várias vezes a esta Assembleia, e tantas outras vezes negada pela maioria PSD. -----

Seria de esperar muito mais, por exemplo, do relatório de acompanhamento da concessão, mas tal também não acontece. Seria de esperar muito mais, por exemplo, por parte da Câmara Municipal face ao lucro excessivo anual da empresa, de 7 milhões de euros, mas tal também não acontece. A Câmara não consegue atenuar a subida do tarifário, a Câmara não consegue, sequer, travar o assédio da empresa aos feirenses, com a ameaça de coimas e afins, e, face a tudo isto, diríamos que não está tudo bem. -----

E, em resposta ao repto do Sr. Presidente, amanhã estaríamos a limpar os rios se o Sr. Presidente indicasse também um membro do PSD para debater, da parte da tarde, algo que é do interesse de todos nós, no debate interpartidário que se vai realizar.”-----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que, respeitando todas as opiniões, considera que o Município tem um bom serviço de água e que julga que a Indagua será até a melhor entidade gestora de água do



  
Ana Cunha

país, tendo sido distinguida com vários prémios de excelência pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Ressaltou que o contrato da concessão foi assinado livremente, e que todas as suas alterações foram supervisionadas pela Entidade Reguladora, e que a última foi, inclusivamente, acompanhada pelo Tribunal de Contas e que o próprio tarifário, é validado, anualmente, pela ERSAR. Referiu que não se pense que, por não haver concorrência e a atividade ser monopolista, a empresa faz o que quer, pois é evidente que não é assim, e é por isso que existe uma entidade reguladora, acrescentando que não está em causa a venda de garrafas de água, mas sim levar a água a casa das pessoas e fazer o tratamento dos esgotos. -----

Sobre a afirmação de que não existe perspectiva de futuro, realçou que o Município tem uma concessão, tem canalizações e reservatórios novos que, quando estiverem obsoletos, a Indaqua tem que investir e substituí los, dizendo que é por isso que existe um plano de investimentos. -----

Quanto à afirmação de que a Indaqua não tem responsabilidade social, realçou que a responsabilidade social da mesma é abastecer, permanentemente, água de qualidade, é tratar os esgotos, é pagar aos seus fornecedores e aos seus trabalhadores, é ter um bom ambiente de trabalho e responder aos seus clientes, frisando que é isso que a Indaqua faz. -----

Sobre o classificar, como assédio, a conduta e atuação da Indaqua quando alguém não faz a ligação à rede de água, disse que essa classificação não é correta, não se trata de assédio, pois a ligação é uma questão de saúde pública, acrescentando que não se deve defender as pessoas que permanentemente reivindicam o serviço à porta e, quando o tem, não procedem à respetiva ligação. Concluindo, salientou que o legislador já definiu, há muitos anos, que a ligação às redes de água e de saneamento é obrigatória, questionando para que é que se anda a investir tanto nestas redes se, depois, se vem defender aqueles que querem furar o sistema. -----



João Correia

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminada a discussão destes dois pontos, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento e apreciado os documentos em referência. -----

**15 - Constituição de Direito de Superfície a favor da Freguesia de Fiães, de um prédio urbano sito no lugar de Valos** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 31 de julho de 2023 e restante documentação que a acompanha - oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:32, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a constituição do direito de superfície a favor da Freguesia de Fiães, pelo prazo de 50 anos, sobre o prédio constituído por edifício, de R/C e 1.º andar, destinado a habitação, armazém e comércio, sito na Rua Padre Manuel Francisco de Sá, n.º 70, lugar de Valos, com a área total de 690,00 m<sup>2</sup>, sendo a área de implantação de 630,00 m<sup>2</sup> e a área descoberta de 60,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Fiães sob o artigo 2856.º, descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira sob o n.º 1634. -----

**16 - Direito de superfície a constituir a favor da Freguesia de Escapães** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de

  
Ana Cunha



seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 28 de agosto de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum membro pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:32, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a constituição do direito de superfície a favor da Freguesia de Escapães, pelo prazo de 50 anos, a incidir sobre um prédio urbano, sito no Largo da Igreja, constituído por uma parcela de terreno com a área de 668,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2245.º, descrito na competente Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira sob o n.º 2145. -----

**17 – Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Romariz --  
- Obras de requalificação do edifício da Junta de Freguesia-----**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de setembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que as juntas de freguesia, desde que se recorda, recorrem à Câmara para qualquer tipo de apoio relacionado com os seus edifícios. Referiu que a Junta de Freguesia de Romariz, e bem, fez o pedido e vai aproveitar este apoio para melhorar as condições térmicas e de eficiência energética, para



João Cunha

melhorar as acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida e para melhorar as condições de trabalho e dos serviços administrativos, pelo que a felicitava por tal iniciativa.-----

Disse que a questão que coloca é se a Câmara não quer pensar neste tipo de exemplo para introduzir um programa de eficiência energética para o edifício municipal e para os edifícios das juntas de freguesia.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que este tipo de apoio está aberto a todas as juntas de freguesia que queiram fazer este género de intervenção, dando nota que já transmitiu isso mesmo a todos os presidentes de junta de freguesia. Realçou que a Câmara apoia em 50% todas as freguesias que pretendam fazer obras deste âmbito, acrescentando que este apoio já vem do mandato anterior.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:32, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CH, IND), aprovar a atribuição à Junta de Freguesia de Romariz de um apoio financeiro, até ao valor máximo de 27.000,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura apresentada, até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**18 – Alteração na constituição de júri para concursos de cargos de dirigentes (deliberação da Assembleia Municipal na SO 30/06/2023)----**

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de setembro de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -



Ana Luísa



Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 34 votos a favor, 2 votos contra e 17 abstenções, aprovar a alteração na constituição dos júris para o recrutamento dos cargos de dirigentes, das unidades orgânicas que a seguir se identificam, e cuja composição passa a ser a seguinte:-----

- Gabinete de Coordenação de Segurança, Projeto e Obra:-----

Presidente – Eng.º Paulo Antunes; -----

Vogal 1 – Eng.º Pedro Araújo; -----

Vogal 2 – Eng.º Álvaro Mota. -----

- Gabinete de Arquitetura: -----

Presidente – Eng.º Paulo Antunes; -----

Vogal 1 – Eng.º Pedro Santos; -----

Vogal 2 – Eng.º Pedro Araújo. -----

**19 – Proposta de constituição de júri para concursos de cargos de dirigente**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 3 de julho de 2023 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 34 votos a favor, 1 voto contra e 18 abstenções, aprovar a constituição dos seguintes júris para o recrutamento dos cargos de dirigentes, das seguintes unidades orgânicas:-----

- 1. Unidade de Trânsito:-----

Presidente - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas;-----

Vogal 1 - Joaquim Lopes Batista Pedreiras, Chefe da Divisão Rede Viária e



*João Cunha*

Trânsito. -----  
Vogal 2 - Álvaro Filipe Ventura Mota, Chefe da Divisão de Gestão de Edifícios. -----  
- 2. Gabinete Gestão Ocorrências:-----  
Presidente - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----  
Vogal 1 - Joaquim Lopes Batista Pedreiras, Chefe da Divisão Rede Viária e Trânsito. -----  
Vogal 2 - Álvaro Filipe Ventura Mota, Chefe da Divisão de Gestão de Edifícios. -----  
- 3. Gabinete Parque Escolar: -----  
Presidente - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----  
Vogal 1 - Álvaro Filipe Ventura Mota, Chefe da Divisão de Gestão de Edifícios. -----  
Vogal 2 - Joaquim Lopes Batista Pedreiras, Chefe da Divisão Rede Viária e Trânsito. -----  
- 4. Gabinete Edifícios e Equipamentos:-----  
Presidente - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----  
Vogal 1 - Álvaro Filipe Ventura Mota, Chefe da Divisão de Gestão de Edifícios. -----  
Vogal 2 - Joaquim Lopes Batista Pedreiras, Chefe da Divisão Rede Viária e Trânsito. -----  
- 5. Gabinete Edifícios de Habitação: -----  
Presidente - Francisco Miguel Pinto Mota, Diretor do Departamento de Equipamento, Infraestruturas e Gestão de Frotas; -----  
Vogal 1 - Álvaro Filipe Ventura Mota, Chefe da Divisão de Gestão de Edifícios. -----  
Vogal 2 - Joaquim Lopes Batista Pedreiras, Chefe da Divisão Rede Viária e

*Aracynha*



Trânsito. -----  
-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma inscrição, cumprindo os termos regimentais, do munícipe Ricardo Santos, para pedir esclarecimentos sobre o “atraso das obras no Jardim de Infância de Fornos - Guisande”. -----

Após verificar que o referido munícipe se encontrava presente, passou-lhe a palavra nos termos regimentais.-----

Interveio o munícipe **Ricardo Santos** que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Apresento-me aqui hoje em nome da associação de pais do jardim infantil de Fornos, Guisande. -----

Venho demonstrar todo o nosso desagrado pelo atraso nas obras afetas às instalações, os transtornos criados aos pais e o desconforto dos nossos filhos. -----

Falamos de um processo que já dura há mais de 1 ano e não parece ter fim à vista.-----

Fomos informados no início do ano letivo de 2022/2023 que as instalações iriam sofrer obras de melhoramento no final desse mesmo ano letivo. Para os menos informados, a escola apresenta boas condições, muito pelo esforço e dedicação dos pais que por lá passaram nos últimos anos, contribuindo com fundos próprios e iniciativas de angariação. -----

Hoje, as crianças têm ao seu dispor um parque infantil, um campo de futebol, bicicletas, trotinetas, decoração interior e exterior adequada para as suas idades, entre outros.-----

Recuando às obras propostas, estamos a falar de melhoramentos na cobertura de fibrocimento que ainda existe naquele estabelecimento. Obras



essas que poderiam perfeitamente serem realizadas no prazo máximo de 1 mês.-----

Pois bem, estamos no início de 2023/2024 e essas obras ainda nem começaram. Todos os responsáveis municipais e educativos, tiveram informação no início do mês de agosto deste ano, 2023, que as obras estariam atrasadas. Pois aos únicos prejudicados, pais e crianças, essa informação apenas chegou 2 dias antes de iniciarmos os nossos anos letivos.-----

Relembro que se trata de crianças de pré-escolar e não objetos, nesse caso não devia ser dada opção de escolha aos pais, onde gostariam de colocar as crianças? Não, não foi assim.-----

As crianças foram colocadas numa sala de ginástica, numa escola que já se encontrava lotada.-----

Desde a falta de transparência até à falta de informação, passando pelo abuso de decidirem o que acham ser melhor para os nossos filhos. Todo este processo arrasta consigo um conjunto de perguntas para as quais nunca ninguém nos deu respostas, apenas foram criadas ainda mais incertezas.-----

Neste jogo do empurra e fuga de responsabilidades, nós pais, perguntamos: como é possível existir um contrato realizado há 1 ano atrás e o mesmo não se ter iniciado por falta de documentação?”-----

Feita a leitura, o cidadão Ricardo Santos referiu que tinha este texto preparado desde a passada quarta-feira, mas que, duas horas antes do início desta sessão, os pais obtiveram a informação de que apareceu o papel que faltava para o início das obras. Disse que, assim, os pais esperam que as obras sejam levadas a sério e que o jardim de infância não siga o rumo que foi planeado há uns anos, ou seja, o encerramento.-----

Concluindo, referiu querer citar uma frase proferida, em coro, pelas crianças que frequentam o jardim de infância, que dizem “tenho saudades da minha escolinha e quero voltar para lá”.-----





Ana Cunha

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse compreender a preocupação e o lamento dos pais, dando nota que está em causa um procedimento de retirada de uma cobertura de fibrocimento, o qual é muito exigente em termos de segurança no trabalho, obrigando a parecer favorável da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), o qual, nem sempre é emitido com a celeridade que se gostaria. -----

Disse perceber que o munícipe gostasse que a obra fosse feita no período de férias, pois seria o proceder normal, mas que os procedimentos de contratação pública, e no caso, as questões de segurança, condicionaram o início da obra. -----

Concluindo, referiu que a informação que obteve do Pelouro das Obras Municipais é que a obra se iniciará nos próximos dias, pois já foi recebido o parecer favorável da ACT, acrescentando que a obra será rápida e que as crianças vão regressar à escola mal ela esteja concluída, pedindo aos pais um pouco mais de paciência.-----

-----  
Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE) que começou por saudar o cidadão Ricardo Santos por ter vindo a esta Assembleia expor o seu problema, realçando que este também é o fórum para os cidadãos colocarem esta Assembleia a falar sobre aquilo que os afeta no dia a dia. -----

Realçou que a cidadania participativa não é só da iniciativa dos cidadãos, pois, também, cabe aos órgãos que têm responsabilidades, como sejam a Câmara e a Assembleia, se aproximarem dos cidadãos, acrescentando que a questão da previsibilidade em matérias tão importantes, que afetam a vida das pessoas, é muito importante.-----

Disse que, assim, deixava o repto à Câmara Municipal para que, quando surgem constrangimentos em obras desta natureza, que afetam a vida das pessoas, a informação seja facultada atempadamente e seja dada uma previsão do prazo de conclusão da obra. Frisou que, havendo um atraso, é preciso informar quando é expectável que a obra fique pronta. -----



Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

**Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal**-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. ----- Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 30 minutos do dia 23 de setembro de 2023, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Ma Patrícia Soares da Cunha